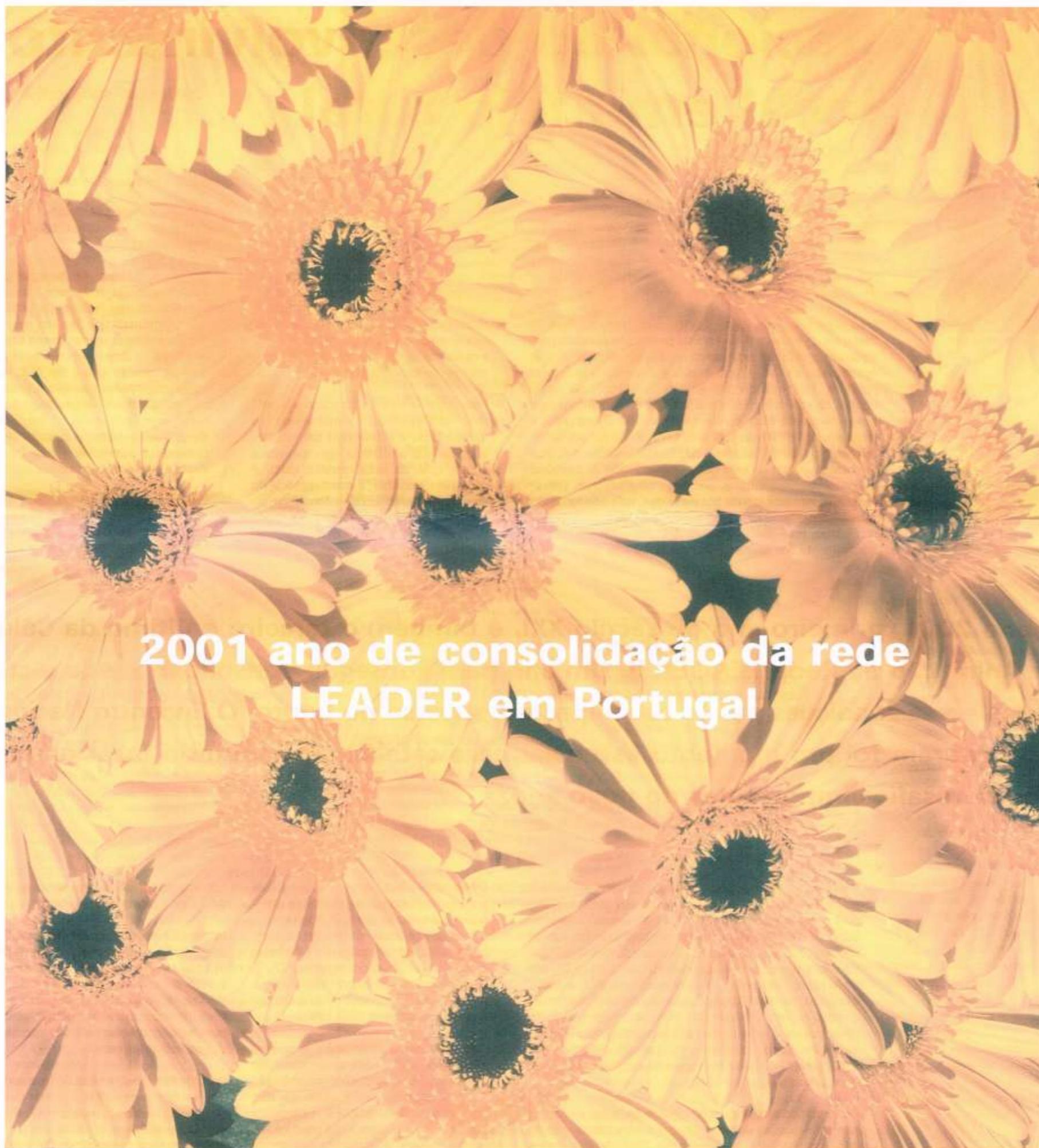


PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirion

Nº 15 | Janeiro 2001 | Preço: 1 Euro



2001 ano de consolidação da rede
LEADER em Portugal

Foto: adriano rangel / ISTO E

P4 Pessoas • P6 a 8 Seminário da Meda • P10 a 15 Encontro Nacional

P16 Mostra do Mundo Rural • P17-19 Actividades da Rede

2001, ano de consolidação da rede nacional do desenvolvimento local em meio rural

Ao fim de quase dois anos de actividade da Célula de Animação Nacional e ainda com um ano pela frente, convinha fazer um balanço do trabalho realizado e uma análise das necessidades existentes, para aproveitar da melhor forma possível o ano 2001 e valorizar da maneira mais eficaz os meios de que dispomos para este ano.

Foi a razão que nos levou a organizar o Encontro Nacional de Santarém da maneira o mais aberta possível, deixando a possibilidade às ADL de exprimirem em plena liberdade as suas opiniões sobre a Célula, trabalhando em grupo e sem a nossa presença. Este método, plenamente assumido pela nossa equipa, de acordo com os princípios que defendemos para o desenvolvimento local, apresentava contudo alguns riscos e implicava acima de tudo coragem. O resultado foi, em certos momentos, violento, revelador de algumas insatisfações, mas também revelador de uma grande diversidade de opiniões, por vezes complementares, por vezes contraditórias. Provavelmente, sem esta atitude por parte da Célula não teria sido possível obter uma tal transparência e riqueza de opiniões, permitindo tirar agora algumas conclusões fundamentais relativamente aos desafios para o próximo ano:

— Contudo, o Encontro de Santarém demonstrou, mais uma vez, a necessidade de uma maior reflexão colectiva ao nível da rede nacional, evidenciando as dificuldades encontradas até agora neste campo. Um esforço sério deverá ser feito para que o ano 2001 seja um ano de **sistematização da reflexão colectiva**, recorrendo a outros instrumentos entretanto apontados, como a realização de um fórum sobre o desenvolvimento rural (ver página 13).

— Para que esta reflexão colectiva seja possível, será necessário trabalhar mais a transparência e a coerência nas relações entre as ADL e a Célula. Isso leva-nos a pensar que, de uma maneira geral, é necessário trabalhar a **questão ética do Desenvolvimento Local** e formalizar de maneira consensual os critérios de qualidade do trabalho realizado, quer seja ao nível local quer seja ao nível da rede. O

trabalho iniciado por algumas ADL neste campo poderá ser um contributo importante neste sentido.

— Um outro elemento fundamental para a consolidação da rede será também a **constituição ou reforço de estruturas supra-territoriais** que têm um papel fundamental para assegurar a auto-sustentabilidade dos processos de desenvolvimento local e das ADL. Assim, várias intervenções apontaram neste sentido, perspectivando a criação de estruturas supra-territoriais em áreas diversificadas, como o turismo rural, a promoção e comercialização de produtos locais, a engenharia financeira, etc.

— Finalmente uma outra preocupação que foi apontada em Santarém é a de **dar uma maior visibilidade e promoção ao Mundo Rural e ao Programa LEADER**.

O ano 2001, primeiro ano do século XXI, é também o terceiro e último da Célula de Animação da Rede LEADER II. Um ano para conseguir consolidar a rede e criar as melhores condições para o seu impacto e sucesso no futuro. O Encontro Nacional de Santarém foi um momento essencial para este fim, permitindo fazer emergir alguns desafios importantes do novo ano.

— Em primeiro lugar, o Encontro de Santarém veio confirmar o interesse dos processos realizados durante estes dois primeiros anos de actividade da Célula, que conduziram não só ao lançamento de múltiplas formas de cooperação entre as ADL, como a um trabalho colectivo sobre temas de grande importância para o DL em meio rural, tais como a engenharia financeira, a auto-avaliação, as estratégias de desenvolvimento territorial, a auto-sustentabilidade das ADL, etc. A metodologia participativa e ascendente utilizada pela Célula levou a que estes temas surgissem da própria iniciativa das ADL, garantindo uma correcta articulação com as suas necessidades.

— Confirmando esta orientação geral, o Encontro de Santarém foi a ocasião de fazer emergir **novos temas**, que as ADL gostariam de aprofundar em 2001. Muitos destes temas estão ligados ao trabalho das ADL (acompanhamento dos projectos, organização processual dos projectos, etc.); outros são temas de fundo como o Desenvolvimento Local face à globalização.

Enquanto nos dois primeiros anos a Célula tinha como preocupação prioritária a emergência e a consolidação do funcionamento em rede, a questão da promoção toma hoje em dia mais importância e foi referida como eixo prioritário por algumas ADL. O lançamento da Agência de Informação e da Exposição Itinerante são alguns dos elementos que apontam neste sentido.

Em conclusão, se concordamos com estes desafios, o ano 2001 poderá ser um ano chave para a coesão e eficácia da rede nacional LEADER. Tendo em conta as perspectivas que abre o Programa Nacional LEADER+, também apresentado em Santarém, a boa condução da Animação Nacional ao longo do ano poderá criar as melhores condições para o lançamento do funcionamento em rede previsto a partir de 2002, nomeadamente através de uma nova figura das UTA (Unidades Territoriais de Animação)

que podem representar uma estrutura de grande interesse para as ADL e o Mundo Rural.

Há finalmente que considerar a realização dos Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local em 2002. A confirmar-se a sua realização, poderá ser não só uma ocasião única de valorizar todo o trabalho realizado ao nível da rede, como também constituir-se num instrumento de promoção internacional dos processos em curso.

Por todo isso, fazemos votos que este ano 2001 seja um ano de inovações e grande qualidade no trabalho ao nível da rede LEADER. A equipa da Célula de Animação, como sempre fortemente motivada e empenhada neste trabalho, tenciona fazer o seu melhor nesse sentido.

Samuel Thirion

"... a verdade nua e crua é uma utopia para os mortais.
Nua, seria logo presa. Crua, causaria indigestão e repulsa!..."

Albino Forjaz Sampaio

As "conflitualidades" partidárias e o desenvolvimento local...

1.
Os períodos de exacerbação das normais conflitualidades político-partidárias provocam sempre tensões que, do centro para a periferia, alastram de forma sistémica a todas as organizações públicas e privadas da Sociedade.

São perturbações com efeitos desmobilizadores, "próprias da democracia representativa" (será que sim?) que, enquanto duram vão semeando intranquilidades, desestabilizando parcerias e acirrando diferenças!

As ADL não escapam a essas influências. Pela natureza do seu trabalho (desenvolver, animando pessoas para a participação e a iniciativa individual e colectiva) e pela excessiva dependência em que se encontram dos "centros difusores" dessas mesmas perturbações.

Por isso mesmo, as ADL navegam no centro da tempestade!

Para subsistirem têm de encontrar a maneira de sair dessas zonas onde os ventos de sinal contrário se chocam, evitando que o seu barco seja arrastado prisioneiro da força de um deles!

Como diria o poeta "...navegar é preciso"...mas...LIVREMENTE!

2.
Embora sem adesão correspondente na prática, na teoria já não existem grandes divergências sobre a incompatibilidade entre a função de Agente ou Técnico de Desenvolvimento Local e a de Activista político - partidário!

Desenvolver o "local-comunitário" só é possível, desenvolvendo as pessoas que nesse local habitam! Todas as pessoas ou pelo menos a maior parte possível dela!

Ora... enquanto o nível de consciência democrática da nossa Sociedade não evoluir para patamares superiores da capacidade de cooperação e respeito entre diferentes, afirmar e defender publicamente uma estratégia partidária junto de populações com diferentes opções políticas é, no mínimo, uma manifestação de falta de sensibilidade e compreensão da finalidade da sua própria actividade, que pode ser interpretada, como um evidente abuso de poder!

Se este entendimento já é "pacífico" ao nível da concepção teórica do papel dos agentes e técnicos de D.L., já não o é, muito longe disso, quando se trata das Direcções das Associações onde, salvo raras excepções, as pessoas que as compõem são personalidades da política partidária local e ou regional, procurando compreensivelmente tirar benefício político - partidário da aplicação dos recursos disponíveis para o desenvolvimento do seu território.

Todos sabemos que assim é, e que até é natural que assim seja!

Só a evolução da nossa cultura democrática poderá impor outro tipo de comportamentos sociais e políticos.

Porém, uma coisa são as relações dos técnicos e das Associações com as PESSOAS dos seus territórios, outra coisa bem diferente são as relações das Associações com os poderes institucionais locais, regionais e nacionais, de quem em maior ou menor grau dependem para subsistir.

Para sobreviver usam - se por vezes táticas individualistas (salve-se quem puder) porventura úteis a curto prazo para quem as utiliza, mas perniciosas a médio e longo prazo para a consolidação do D.L. e das próprias ADL.

As práticas resultantes dessas relações associativamente individualistas padecem quase sempre de "influências invisíveis" emanadas dos diferentes decisores de forma implícita e informal através de relações pessoais pseudo privilegiadas, que geram favoritismos ou suspeita deles, acabando por instalar climas generalizados de desconfiança e incerteza e sobrevalorizar a capacidade de influência pessoal de cada "interlocutor" junto dos respectivos "centros de decisão".

É natural que neste contexto o "receio de ser inconveniente" se instale entre os responsáveis pelas Associações e, a uma prática de aparente neutralidade partidária vis a vis das populações, correspondam outras (navegar na tempestade) que passam pelo estabelecimento de sucessivas e conjunturais cumplicidades com os "poderes" de quem se depende, mesmo a curto prazo.

Não confundir relacionamento informal, directo e até amistoso entre técnicos das Associações e dos organismos públicos de tutela, sempre úteis, com cumplicidades estratégicas para aquisição de privilégios ou defesa de interesses temporariamente comuns ao nível de responsáveis associativos e decisores públicos e privados.

Este tipo de comportamentos aos quais podemos chamar de "comportamentos de sobrevivência" devem ser analisados tendo em consideração que eles representam apenas a confirmação de que a SOCIEDADE Portuguesa (não apenas a portuguesa) ainda não adquiriu a maturidade democrática suficiente para que, quem detém temporariamente o poder, não se aproveite dele para retirar meios e forças às oposições, procurando desta forma prolongar o mais possível a sua permanência como decisores, seja a que nível for.

Reconhecer os condicionalismos existentes para o exercício generalizado de práticas genuinamente democráticas de desenvolvi-

mento local, identificar as origens desses condicionalismos, é já um grande passo para a consciencialização dos: agentes - animadores - técnicos - dirigentes de; Associações, Programas, Projectos ou Grupos de: Desenvolvimento Local, Inserção Social, Luta Contra a Pobreza, Pela Igualdade de Direitos, contra a Exclusão Social, pela formação para a cidadania etc.

O Desenvolvimento Local sem todas estas componentes não tem razão de existir. Por isso é urgente que todos nos compenetre-mos de que a TAL EVOLUÇÃO DA CULTURA DEMOCRÁTICA da qual depende o desaparecimento do nosso receio de ser penalizados por ousar dizer abertamente o que pensamos, por afirmar as nossas diferenças, por assumir sem medo a dignidade da nossa diversidade... está, também... e eu diria; sobretudo, nas nossas mãos!

3.
É necessário desenvolver a vocação para o uso responsável, ainda que perigoso, da LIBERDADE!

É necessário utilizar sistematicamente as liberdades democráticas para combater tudo o que falseia, corrói e desacredita a DEMOCRACIA ameaçando a LIBERDADE sem a qual nenhum DESENVOLVIMENTO é possível!

É necessário que prestigiemos, que apoiemos e sejamos publicamente solidários com aqueles que discordando de nós ou não, ousam expor-se pela afirmação do seu pensamento, ousam lutar para que o MEDO de represálias seja banido das nossas relações individuais e colectivas, públicas ou privadas.

A Liberdade de imprensa deveria ser sistematicamente utilizada para denunciar todos os arbitrios e atentados anti - democráticos, a grande "arma" de defesa das minorias individuais e colectivas, mesmo sabendo que a comunicação social, ela própria, também padece de medos e prepotências.

As práticas de DESENVOLVIMENTO LOCAL têm que ser reconhecidas e valorizadas como lugares e tempos especialmente adequados para a aplicação prática da pedagogia da participação cívica, do respeito e tolerância pelas ideias e interesses dos outros, como lugares e tempos onde, praticando, se desenvolve e aperfeiçoa a nossa cultura democrática.

Submetermo-nos às conveniências, justificar o nosso acomodamento, o nosso silêncio, as nossas incoerências e contradições, as nossas críticas aos ausentes e depois os nossos aplausos aos mesmos quando presentes... justificar tudo isto com a necessidade de não ser nem parecer "inconveniente" é, no mínimo, objectivamente, demitirmo - nos de lutar por aquilo que proclamamos defen-

der...ou então, expor cruamente à observação dos nossos concidadãos a nudez e natureza dos nossos verdadeiros e inconfessos valores e interesses!

Por uma questão de coerência, como diz o meu pouco ortodoxo amigo Miguel, não podemos, ao mesmo tempo, lamentar-nos dos duros marmelos que nos incitam a engolir e aceitar caladamente a marmelada que nos oferecem como preço da nossa plasticidade de coluna e carácter!

Não sei se aquilo que aqui fica escrito pode ter ou não alguma utilidade para quem o ler, nestas linhas nada há de novo, nada que não tenha já dito e escrito de diferentes maneiras, são reflexões que mais uma vez se me impuseram ao observar o decorrer do último Encontro Nacional da Rede LEADER II organizado pela Célula de Animação.

4.
A propósito da necessidade de sermos "politicamente correctos" e saber "guardar as conveniências", esta época natalícia é propícia para nos lembrarmos que, segundo consta, foi por conveniência política e contra a sua própria consciência, que Pilatos deixou que crucificassem Jesus e soltassem o ladrão Barrabaz!

5.
Há quem pense que na equipa da Célula de Animação não há unidade de pensamento. Não há unicidade de pensamento mas há uma forte identidade comum ao nível dos princípios e em torno dos objectivos. Penso estar demonstrado à evidência que nesta equipa não cultivamos os méritos do pensamento único.

Também pretendemos animar a rede demonstrando, através duma simples experiência prática, que é possível o exercício do respeito pela diversidade de opiniões, sem que isso belisque sequer, pelo contrário, contribua para reforçar a nossa capacidade de cooperação e lealdade sem evitar o "natural conflito de opiniões".

É óbvio que também nesta organização existe a "necessidade de ter comportamentos de sobrevivência" contudo, procura-se que os interesses legítimos da organização colectiva não impeçam a liberdade individual de pensamento e expressão.

Que o próximo ano seja melhor para todos nós, acredito que o seja, se formos capazes de fazer por isso!

Camilo Mortágua
Alvito, Dezembro de 2000.

José Carlos Alegria – "Era uma vez, Teatro de marionetas"

Um reino de histórias na ponta dos dedos

É um contador de histórias. Gosta de contar histórias de príncipes, princesas, bruxas e dragões, e tem o dom de as fazer nascer das suas próprias mãos através da arte de dar vida às coisas mortas, que é a manipulação de bonecos.

Uma história de um contador de histórias que faz jus ao nome...

Há nove anos na estrada com o "Era uma vez, Teatro de marionetas", José Carlos Alegria correu Portugal e a Europa com os seus "bonecos", como gosta de lhes chamar. A ligação ao teatro vem de "há muito tempo". Para trás ficaram mais de 20 anos, nos quais fez parte das companhias do Centro Dramático de Évora, do Teatro da Rainha, ou do Centro Cultural de Évora.

Tantos anos que, pelo meio, deram azo a algumas mágoas e dissabores. O abandono do teatro e do trabalho em companhias de teatro não foi uma opção. Foi uma solução de recurso face a uma "situação de desencanto com outras coisas...".

A ideia nasceu de uma memória. "Numa altura em que andava um bocado aborrecido e estava a pensar mudar de ramo, lembrei-me de uma conversa que tinha tido com um amigo de há muitos anos, um grande marionetista uruguaio que vivia em Madrid, e que passava o tempo a dizer-me para eu deixar o teatro e fazer espectáculos de bonecos, que era mais divertido".

Assim nasceu a ideia de "fazer um espectáculo de bonecos para miúdos". Os primeiros bonecos surgiram das mãos de Vasco Fernando, "um excelente cenógrafo de Montemor-o-Novo", e a história foi adaptada de um conto popular russo, que "hoje é muito alentejano". "O Bolo", assim se chama a peça, estava pronto para as primeiras apresentações e passou o teste do público. Depois, surgiram mais espectáculos, e foram mandados construir mais bonecos e cenários. "A história normal de uma companhia de teatro."

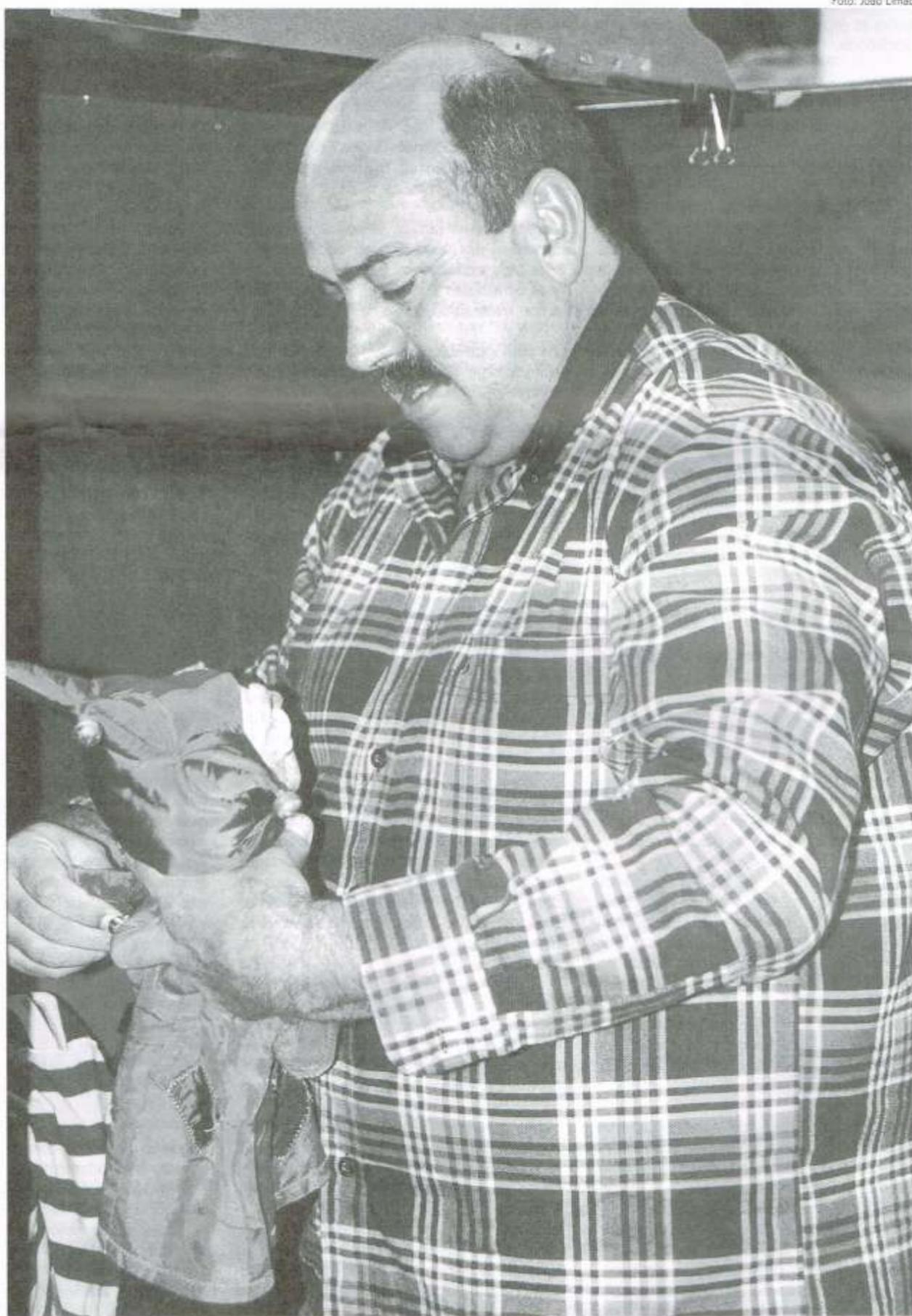


Foto: João Limão



Fotos: João Limão

A ideia floresceu, e nos últimos anos a vida de José Carlos Alegria confunde-se com a história do "Era uma vez, Teatro de marionetas". Depois de "O Bolo", conheceram a luz do dia "O sr. Bartolomeu", "Januário fugiu do aquário", "A princesa Ziah" e os "Contos ciganos". Os últimos dois já com a participação do aderecista António Canelas.

Exceção feita ao último trabalho - "Contos ciganos", cujas histórias foram retiradas de uma compilação de contos, as histórias foram criadas, um bocado à imagem da 'comédia del arte' da Idade Média. Foram-se improvisando cenas, que depois acabam por se fixar pela repetição. A dinâmica de construção de um espectáculo de rua passa também, muito, pela improvisação. "Há acontecimentos que nos fazem dar um pulo na história", mas a virtualidade do público participar só é positiva "se conseguirmos controlar essa participação e mantermos a história que contamos até ao fim".

É importante assegurar a fidelidade a um fio condutor, de modo a manter a lógica das conflitualidades e dramatismo. "As coisas não estão feitas por acaso", e a arte de uma

ção dos espectáculos. Tenho concorrido a um concurso do Instituto Português de Artes e Espectáculos para apoios pontuais a produções. Depois, tive também algum apoio também para a compra de equipamento isso através da Direcção Regional da Cultura do Alentejo." De resto, os rendimentos advêm da venda de espectáculos. O leque de clientes é muito vasto, e vai desde as câmaras municipais e juntas de freguesia, até às escolas ou empresas na altura do Natal. "É daí que vem o dinheiro com que se vai vivendo."

"Faço espectáculos de bonecos por onde calha, onde haja quem os compre. Desde Lisboa até Évora, de Paris ao Alviito ou Redondo. Qualquer sítio é bom para fazer um espectáculo." O principal mercado é o português. Espanha surge como segunda opção, pela proximidade geográfica, e pelos contactos. "Tenho uma série de amigos que organizam festivais", como é o caso do Festival de Segóvia, "que é certamente o melhor de todos". Com naturalidade, surgiram os convites para apresentar espectáculos. O textos foram adaptados ao castelhano, e a partir daí foi fácil desenvolver projectos transfronteiriços. "Ainda este ano fiz

cular como as crianças, a carreira de José Carlos Alegria é terreno fértil para se descobrirem histórias e episódios... Em Espanha, num dia em que apresentava "O Mistério da Pedra Encantada" no seu "castelhano pouco puro", chegou à altura em que a princesa pede à Senhora Dragão para pegar no dragãozinho ao colo "e os miúdos a dizerem «Não! Não! Não!», e eu sem perceber nada do que se estava a passar. Só no fim é que me explicaram que em castelhano 'pegar' é bater. Afinal, eu pensava que estava a dizer 'pegar ao colo' e eles não queriam era que a princesa batesse no dragãozinho".

De resto, o trabalho com crianças não é nada que o empolgue. Com mais de 20 anos de carreira, tem uma larga experiência de trabalho com este público, o que lhe garante uma certa capacidade de ultrapassar dificuldades. "Aprendi muito cedo uma coisa que muita gente 'enche a boca', mas pouca gente pratica. Quando se fala de teatro para crianças, normalmente cita-se uma frase muito célebre do Stanislavski, quando lhe perguntaram como é que se fazia teatro para crianças ele respondeu: «Faz-se como se faz para os adultos, só que melhor». Toda a gente diz isto, mas pouca gente se preocupa em fazer."

"O teatro para crianças faz-se da mesma maneira que se faz para adultos, só que melhor"

Stanislavski

improvisação eficaz só resulta de "muito trabalho, muita prática, muita experiência... e algum talentozinho, que também não me fica mal. É que se não se tiver talento, não vale a pena andar agarrado aos bonecos."

"Não ter patrão é uma coisa lindíssima".

Resta saber se o amigo marionetista tinha razão sobre o maior divertimento dos espectáculos de marionetas. Ao nível dos espectáculos, as coisas assemelham-se. Os espectáculos são enriquecedores, mas já o eram quando trabalhava em companhias. Aliás, "eu sempre gostei muito de trabalhar em companhias". A grande vantagem surge com a independência. Trabalhar sozinho tem algumas desvantagens, mas desde que se consiga superar alguma solidão, depois "as vantagens são todas óbvias e não é preciso falar nelas. Não ter patrão é uma coisa lindíssima."

O problema dos trabalhadores independentes é, quase sempre, garantir meios de subsistência suficientemente eficazes para atravessar conjunturas negativas. José Carlos Alegria não foge à regra. Em Évora tem a hipótese de trabalhar num teatro, uma sala pequenina em que dá para cobrar entradas. "De vez em quando faço lá uma série de espectáculos, só que isso não é rentável", garante.

"Eu basicamente vivo das vendas dos espectáculos. O Ministério da Cultura têm-me apoiado nos últimos anos na produ-

ção na zona de Tentúdia, ao norte de Sevilha, para o meninos das aldeias".

Nos últimos dois anos surgiu a oportunidade de integrar o 'Alentejo nas escolas portuguesas da Europa'. Um projecto apoiado pelo Programa LEADER II, através de uma parceria da Terras Dentro, ESDIME, Rota do Guadiana e agrupamento Monte, em conjunto com outro apoio institucional. Em 1999, a iniciativa levou-o a sete países europeus onde pontificam fortes comunidades de emigrantes: Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Espanha e Suíça, num total de 40 espectáculos. No ano passado, na segunda edição só foi possível ir a quatro, o que reduziu o número de espectáculos para 21. Uma experiência que o próprio classifica de "particular". Apesar dos miúdos serem iguais e reagirem da mesma maneira, "ganha dimensão o facto de eles estarem integrados em culturas extremamente fortes, com grandes meios de promoção da actividade cultural, e de repente verem-se confrontados com uma coisa tão singela como uma história de bonecos, mas que é uma coisa da terra deles." Existe um sentimento de pertença e de apropriação que se torna "muito compensador", apesar do cansaço natural para quem percorre muitos quilómetros. Daí pensar repetir a dose este ano, depois das duas experiências anteriores.

"Gosto das coisas bem feitas"

Tanto tempo na estrada, com inúmeros espectáculos feitos por todo o país e no estrangeiro e com um público tão parti-

A razão deste comportamento prende-se com a pouca validade de opinião deste público. Uma atitude que José Carlos Alegria renega e combate, mantendo firme a sua postura de "gostar de fazer as coisas bem feitas". Esse é o segredo do seu sucesso, tentar fazer sempre "espectáculos com princípio, meio e fim, e contar histórias que me sejam agradáveis. Não faço 'fretes', não conto histórias de que não gosto. A partir do momento em que gosto daquilo que faço, torna-se muito mais fácil trabalhar com os miúdos e eles gostarem."

O prazer de fazer teatro, quer seja como actor ou manipulador de bonecos, é algo que lhe está no sangue. O amor pela arte que garante a continuidade dos espectáculos por mais alguns anos. Assim, fica a promessa de que a princesa Margarida, o príncipe Miguel, o Rei Orlando III, a Bruxa Alexandrina, o Duende Zacarias, Mestre António das Varetas, a princesa Ziah ou cigano Jeremias, entre muitos outros, vão continuar na estrada. Do Alentejo, aos Açores, passando pelo Minho, Algarve ou Trás-os-Montes, sempre prontos a povoarem o imaginário infantil. Porque "enquanto houver homens na face da Terra, o teatro não morre."

João Limão



Meda, 5, 6 e 7 de Dezembro de 2000

seminário leva a repensar conceito

texto e fotografias de Paula Matos dos Santos

O tema - auto-sustentabilidade das ADL - não era fácil. Traçado para dois dias e meio o programa era, ainda assim, extenso. Não havia tempo a perder. Às inaugurações, e breves, palavras do presidente da Câmara Municipal da Meda, do presidente da Raia Histórica (associação anfitriã) e do director-geral do Desenvolvimento Rural, seguiram-se as intervenções dos coordenadores dos GAL das associações organizadoras.

Dirigindo-se a uma plateia constituída por técnicos das ADL LEADER de quase todo o país (estiveram representadas 15), da Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, Comissão Nacional de Gestão LEADER, Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II e outras entidades da região, José Paixão (DOURO SUPERIOR), Rui Caseiro (CORANE) e José Sales Gomes (RAIA HISTÓRICA), referiram-se, respectivamente, ao interesse para o território, identificação das necessidades e mobilização dos parceiros, lançando uma série de ideias para debate.

Na primeira, José Paixão apontou os principais problemas estruturais e o enorme potencial das regiões do Interior, reforçando o papel de todas as iniciativas que possam negar esta aparente contradição, entre as quais, lhe merecem especial referência as das ADL. Na sua opinião, a actividade das ADL tem-se traduzido por uma clara mais-valia para as regiões onde se encontram inseridas, não só por aportarem conhecimentos e competências mas também por permitirem acesso a meios financeiros.

Para Rui Caseiro, "a maior questão que se coloca é saber se o Estado reconhece, de facto, o trabalho desenvolvido pelas ADL como indispensável ao desenvolvimento dos territórios rurais, e se está disposto a implementar, depois de 2007, uma política de incidência no meio rural na qual o papel das ADL seja imprescindível". Num momento em que as ADL procuram resolver um dilema (se continuam a ser as mesmas que têm sido ao nível do trabalho desenvolvido no seu território ou entidades de cariz empresarial) esta questão assume primordial importância devendo constituir uma preocupação de todos. Reportando-se à experiência da associação que coordena, Rui Caseiro defende que a auto-sustentabilidade é mais um problema de necessidade da própria ADL do que do território onde intervém.

José Sales Gomes, pegando também, naturalmente, na prática da "sua" associação, considera a parceria um elemento-chave nos processos de desenvolvimento e inovação do meio rural. "No caso LEADER, a parceria não é sinónimo de participação de todos os actores de um território mas sim de um grupo de actores que pela sua implantação ou conhecimento no território se encontrem em posição de assumir a responsabilidade pelos compromissos colectivos".

Já no período de debate, as questões e os comentários não se fizeram esperar. Das várias intervenções que enriqueceram a discussão, o maior aplauso foi para a do presidente da RAIA HISTÓRICA, Júlio Sarmento, que também é presidente da Câmara Municipal de Trancoso, desem-

penhando o papel de provocador, às tantas, pergunta: "Em 2007 os territórios da Comunidade serão homogéneos? Em 2007 o território nacional será homogéneo? Não vai continuar a haver necessidades de desenvolvimento de regiões com indicadores economicamente débeis?" Lembrando que o programa LEADER nasceu para que iniciativas com alguma originalidade animassem a sociedade e gerassem sinergias que levassem ao desenvolvimento, Júlio Sarmento considera as ADL LEADER ("estruturas ágeis, qualificadas, com parcerias cimentadas") as mais vocacionadas para continuar a prestar esse serviço depois de 2006. "Se mantiverem esta estrutura de agressividade, de competências adquiridas", as ADL, na sua opinião, terão cada vez mais sentido. "Porque o grande desafio das políticas nacionais em 2006-2007 vai ser, não desenvolver Portugal como um todo, mas ganhar homogeneidade neste território que é tão diverso entre o Litoral e o Interior. Por isso é que eu digo, não tenhamos obsessão por esta questão; aceitemo-la como um desafio".

À tarde, os participantes (cerca de meia centena), partiram à descoberta de quatro iniciativas empresariais criadas por outras tantas ADL LEADER. Organizados em três grupos, e à cadência de 30 minutos, os participantes visitaram rotativamente os stands de cada uma das ADL. De sala em sala, os grupos tiveram oportunidade de ficar a conhecer, de uma forma descontraída, a CENTER (ADRIL), o Centro de Incubação de Empresas (ADD), o Centro Brito de Carvalho (IN LOCO) e a TEMPLAR (ADIRN). Qualquer um deles representativos de formas de auto-sustentabilidade criadas

Quando se chega à Meda, o convite para subir ao morro, ou castelo, como também é conhecido, e que é o ex-libris da povoação, surge naturalmente. Lá do alto, envolta no seu manto de granito, a torre do relógio, cujos ponteiros parece que há muito se recusam a avançar, assiste, indiferente, ao dia-a-dia dos medenses.

Para lá da avenida principal, que corta a Vila de ponta a ponta, modernos edifícios contrastam com o negro do velho casario no sopé do morro. Foi um desses novos espaços da Meda, a Casa da Cultura, o local eleito para a realização do seminário das associações LEADER CORANE, DOURO SUPERIOR e RAIÁ HISTÓRICA.



de auto-sustentabilidade

pelas ADL mas cujos objectivos passam, necessariamente, pelo desenvolvimento do território de intervenção de cada uma.

diversificar para continuar a animar

Convidado para abordar os aspectos jurídico-fiscais da criação de entidades empresariais no contexto das ADL, Farinha Simão, da Inspeção Geral de Finanças, deu início aos trabalhos do segundo dia. Uma exposição clara, rica em exemplos e que, quer pelos conhecimentos que partilhou quer pelos esclarecimentos que prestou, marcou este seminário.

Numa excelente intervenção, Farinha Simão apontou as cooperativas como sendo, talvez, a entidade jurídica mais apropriada para as ADL após LEADER. Porque são entidades sem fins lucrativos que podem exercer actividades económicas para beneficiar e rentabilizar melhor os seus membros, as cooperativas podem ser uma figura de bastante interesse, na qual as ADL podem apostar no futuro. A fazê-lo, a ADL poderá continuar a exercer actividades que pela sua natureza não são empresariais, não são comerciáveis, e ter outras actividades com o lucro das quais irá criar receitas para desenvolver essas actividades que a ADL tem e que não são comerciáveis. Tendo em conta a importância desta comunicação, o tema será abordado num próximo Caderno Temático.

Da Direcção Regional de Economia do Centro, Maria Lúcia Monteiro, numa análise dos apoios financeiros previstos para o período 2000-2006, no quadro do P.O.E., também demonstrou a existência de numerosas oportunidades para o desenvolvimento de actividades empresariais e/ou serviços nas zonas rurais.

Depois de uma breve pausa para café, e sardinhas de Trancoso, Xavier de Basto e João Maria Tomaz das associações CHARNECA e APRODER, respectivamente (associadas da ANTE - Associação Nacional de Turismo Equestre), Albano Vingada e Sofia Almeida, da CENTER e Arnaldo Rivotti da TEMPLAR demonstraram que o funcionamento em rede a nível nacional é possível e se torna cada vez mais necessário. Um debate na forma de mesa-redonda que levou à conclusão que no caso apresentado - turismo - já existe um capital de experiência acumulado que cada uma das entidades reconhece ser importante partilhar numa perspectiva de alargar a oferta e diversificar os serviços que prestam. Palavra puxa palavra e a ideia de avançar com um projecto conjunto surge. A criação de uma estrutura, a nível nacional, reunindo os saber-fazer já adquiridos e juntando as diversas iniciativas já existentes, pareceu ser um modelo teoricamente perfeito mas cujas dificuldades de conjugação dos diferentes produtos obrigam a um trabalho suplementar que nenhuma das entidades, para já, está em condições de assumir. Mas porque a ideia foi muito bem acolhida, constituir-se-á brevemente, no quadro das actividades da Célula de Animação LEADER II, um grupo de trabalho para elaborar uma proposta às restantes ADL do país.

Durante a tarde, foi a vez da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho e da Tradição e Qualidade darem a conhecer o

trabalho que vêm vindo a desenvolver. A primeira na área da floresta e a segunda na da certificação de produtos agro-alimentares. Seguidamente, os participantes puderam escolher o workshop que melhor se adequava ao seu interesse ou, simplesmente curiosidade, aproveitando também a oportunidade para colocar questões específicas sobre os projectos já existentes ou a criar.

No terceiro e último dia, a RAIÁ HISTÓRICA lançou, informalmente, uma "empresa" de turismo na sua zona de intervenção. Trata-se de uma cooperativa de animação turística, envolvendo várias entidades locais, que o coordenador do GAL acredita vir colmatar uma grande lacuna na região a nível de infra-estruturas no sector do turismo. Para o presidente da associação, um projecto inovador para a região e, simultaneamente, uma peça de auto-sustentabilidade da associação no futuro.

Para concluir os trabalhos, e já bem perto do meio-dia, as conclusões do seminário foram arrematadas à primeira. Em representação do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Luis Duarte, levou a Meda uma palavra de congratulação pelo trabalho desenvolvido pelas ADL e expressou total disponibilidade para trabalhar com as ADL. De circunstância ou não, são palavras que caem sempre bem.

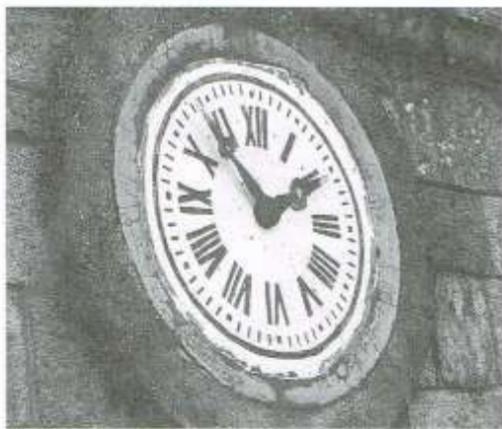


Foto: Paula Matos dos Santos

Seminário temático

"Auto-sustentabilidade das ADL"

Conclusões do seminário

Auto-sustentabilidade das ADL: um problema de actualidade

Sabendo que (e várias intervenções e informações apresentadas no seminário apontaram neste sentido) após 2006 haverá um decréscimo drástico das ajudas comunitárias, e ficando estas essencialmente concentradas nos novos países aderentes à União Europeia, coloca-se hoje a questão de como encontrar as melhores formas de aproveitar este último ciclo, 2000-2006, para criar as condições de auto-sustentabilidade dos processos de desenvolvimento local em meio rural, nomeadamente nas zonas do interior do país. No entanto, será difícil neste prazo conseguir um desenvolvimento endógeno dessas zonas sem apoios exteriores. Assim, estes apoios terão que vir essencialmente de políticas nacionais. Independentemente da existência destes apoios, os esforços estratégicos em termos de desenvolvimento local em meio rural devem, desde já, ser pensados em termos de auto-sustentabilidade a longo prazo.

Várias experiências referidas neste seminário mostram que, muitas vezes, esta preocupação não é suficientemente partilhada e existe ainda uma forte tendência para ficar dependente de subsídios. As ADL poderão ter um papel importante para impulsionar uma evolução positiva no sentido de uma maior auto-sustentabilidade dos processos de DL.

Um grande capital de experiência mas ainda pouco valorizado

Considerando, de uma maneira mais geral, que as ADL têm um papel fundamental como dinamizadoras dos processos de desenvolvimento local em meio rural, a auto-sustentabilidade destes processos passa, em grande parte, pela auto-sustentabilidade das ADL. No entanto, como demonstram as numerosas experiências do LEADER I e II que foram apresentadas neste seminário, a auto-sustentabilidade das ADL é assegurada, antes de mais, pela diversificação das suas actividades, desenvolvendo campos específicos dentro da ADL ou em estruturas autónomas com diversos graus de ligação à ADL.

Neste seminário constatou-se que campos de actividade como a informação e investigação, a criação de ninhos de empresas para apoiar as iniciativas locais, a criação de estruturas de servi-

ços em áreas especializadas como o turismo rural, a certificação de produtos, etc. podem ter uma importância fundamental para os territórios rurais. As intervenções das ADL neste campos permitem responder a necessidades essenciais dos territórios rurais e reforçar/complementar o trabalho de animação propriamente dito realizado pelas ADL. Noutros casos, a actuação da ADL permite desenvolver novas formas de organização dos produtores que são indispensáveis para permitir o aumento dos seus rendimentos e a preservação do património natural e cultural dos territórios rurais.

Pensar o conceito de auto-sustentabilidade

Para além do aspecto financeiro, a auto-sustentabilidade das ADL é a consolidação e alargamento das actividades de apoio ao desenvolvimento local. Estas actividades podem ser realizadas pela própria ADL ou por estruturas "filhas" ou "irmãs" que vão ganhando autonomia ao longo do tempo. Assistimos, portanto, a uma evolução do próprio conceito de ADL. A ideia de ADL (Associação de Desenvolvimento Local) vem substituir-se a ideia de GDL (Grupo de Desenvolvimento Local), constituído pela ADL e por outras estruturas, mais ou menos autónomas, mas interligadas com a ADL, permitindo a manutenção e o alargamento de uma equipa de técnicos/agentes de desenvolvimento local trabalhando de maneira coesa dentro e fora da própria ADL e dispondo de competências e saber-fazer cada vez mais diversificados.

Quadros jurídico-fiscais e de apoio financeiro

A análise dos quadros jurídico-fiscais permitiu comparar as vantagens e inconvenientes de diversos modelos, identificar os modelos mais adequados para o desenvolvimento de novas actividades dentro ou fora das ADL e conhecer as diversas oportunidades legais para este efeito (lei do mecenato, leis e incentivos para actividades realizadas em zonas do Interior, etc.). Tendo em conta a importância destas informações será produzido, na sequência do seminário um novo caderno temático especificamente sobre esta questão, com o objectivo de fornecer uma base de apoio às ADL para as ajudar a encontrar as soluções mais adequadas a cada problema específico.

Por outro lado, a análise dos apoios financeiros previstos para o período 2000-2006, nomeadamente no quadro do P.O.E., demonstrou também a existência de numerosas oportunidades para o desenvolvimento de actividades empresariais e/ou de serviços nas zonas rurais. Estas questões serão estudadas com mais detalhe num seminário que será organizado especificamente sobre este tema em Fevereiro de 2001.

Necessidade de trabalho em rede

No seminário também se demonstrou que neste processo de alargamento das actividades das ADL para a sua auto-sustentabilidade, o trabalho em rede entre as ADL se torna cada vez mais necessário.

Por um lado, muitas actividades desenvolvidas pelas ADL precisam, para poder atingir a sua auto-sustentabilidade, de se desenvolver numa zona alargada, ultrapassando os limites do território da ADL atingindo por vezes um âmbito nacional. Verificou-se assim, que várias entidades criadas pelas ADL para desenvolver uma actividade específica se inscrevem já numa perspectiva nacional.

Por outro lado, existem várias possibilidades de complementaridade entre os diversos serviços e competências específicas de cada ADL. O trabalho em rede será um elemento fundamental para transferir saber-fazer, definir normas comuns de qualidade e assegurar uma promoção comum.

Em particular no sector do turismo rural, onde o capital de experiências das ADL é provavelmente o mais avançado, verificou-se a possibilidade de organizar uma rede entre as diversas competências acumuladas por várias ADL ao longo do LEADER I e II. No decurso deste seminário decidiu-se constituir um grupo de trabalho que agrupará algumas das estruturas existentes com saber-fazer adquirido nesta área, na perspectiva de elaborar um projecto para a criação de uma estrutura a nível nacional articulando as diversas iniciativas existentes para a montagem de produtos integrados, definição de normas de qualidade e promoção comum. Este grupo de trabalho, a organizar muito brevemente no quadro das actividades da Célula de Animação, terá por objectivo elaborar a curto prazo uma proposta concreta a apresentar ao conjunto das ADL do país num próximo seminário ou encontro nacional.

A sobrevivência das ADL não está assegurada. Trabalha-se quase sempre com a ameaça de uma morte a médio ou curto prazo, a qual é contornada com o recurso dinâmico e constante a novos programas de apoio. Uma forma de enganar o destino, que mais tarde ou mais cedo corre o risco de se esgotar.

E depois?... Como podem sobreviver as ADL sem os quadros comunitários de apoio? De que forma podem conseguir o justo reconhecimento pelo trabalho efectuado junto da sociedade civil e do Estado? Perguntas ainda sem resposta, sobre as quais se procurou reflectir...

Acção de formação de Ponte de Sôr, 11 e 12 de Dezembro

Em busca da legitimização e sustentabilidade

Ponte de Sôr. A cidade do Alto Alentejo, situada quase junto à fronteira com o Ribatejo, e que recebeu nome da primitiva ponte romana que integrava a terceira via militar que ligava Lisboa a Mérida, acolheu nos passados dias 11 e 12 de Dezembro a Acção de Formação subordinada ao tema "A intervenção das ADL e problema da sua legitimização".

As instalações da LEADERSOR, anfitriã da iniciativa, e o espaço de turismo rural da Quinta da Sanguinheira, foram os palcos do encontro com outras três associações que formam o Grupo de Proximidade do Alentejo – MONTE/ACE (Aliende, ADIM, Montes Claros e Trilho), ADER-AL e TERRAS DENTRO -, com a representante da Comissão Nacional de Gestão (CNG), e com a Célula de Animação, para que, numa jornada de dois dias de trabalho, se discutisse o problema da legitimização das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) e de todos os problemas que se articulam com esta temática, e se promovesse uma reflexão sobre o tema "O financiamento e a sustentabilidade das ADL".

O firme propósito de levar até Ponte de Sôr a discussão destes dois assuntos, levou o animador da sessão, Francisco Botelho, a socorrer-se de três convidados. Luís Moreno, membro da ANIMAR e Professor no Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras, veio teorizar e problematizar as questões que se levantam acerca da legitimização; Vítor Abreu e Samuel Esteves, ambos da Célula de Animação, vieram apresentar a reflexão sobre os "Novos Instrumentos Financeiros", e "Auto-sustentabilidade das ADL através de iniciativas empresariais" que tem vindo a ser conduzida no seio da rede LEADER.

Sobre o problema da legitimização

Desde o início, que este Grupo de Proximidade direccionou o seu trabalho para uma preocupação que é a operacionalidade das ADL a longo prazo. Como podem subsistir? Que futuro após o LEADER II e o LEADER +? Até agora, esse exercício de sobrevivência tem sido feito através do recurso constante e dinâmico a vários programas de apoio. Tra-

balha-se na perspectiva de que no futuro as coisas não serão assim, o que implica o necessário reconhecimento do papel das ADL pela sociedade e pelo Estado.

Sobre a questão da legitimização, Luís Moreno salientou que as ADL são, em muitos casos, um movimento social que corresponde a um "aprofundamento da democracia. As ADL têm tido uma acção múltipla, desafiando o poder local dos municípios. Têm sido cidadãos, que reunidos em associações, com fundos comunitários, têm tentado algo de integrado, territorial e sustentado."

O trabalho das ADL é visível e inquestionável. Contudo, a legitimidade do poder local não é questionada e a das ADL é. Porquê? A isso, o mesmo investigador responde que "a legitimização do poder local é feita através das eleições." Falta às associações o reconhecimento pela legitimização do voto, porque não há reconhecimento que resulte da qualidade do trabalho feito. Um problema ao qual Luís Moreno levanta outra questão: "Será justo que seja apenas o voto a fazer a legitimização?"

Em virtude desta apresentação, as associações dividiram o problema da legitimização em duas áreas distintas. Aquilo que Francisco Soares, da ADER-AL, chamou de "legitimização substancial e legitimização formal". A primeira resulta do trabalho exercido pelos intervenientes no território, enquanto a segunda compete a uma entidade nacional ou local, o que levanta um outro problema: a quem competirá essa legitimização? Para João Leal, da LEADERSOR, este é um assunto delicado, mas cujos receios se explicam de uma forma simples: "uma associação pode ser legitimada na sua região, mas formalmente não ver o seu trabalho reconhecido por essa entidade."

Uma preocupação legítima que, de acordo com Luís Moreno, só pode ser contornada se for evidenciada "a marca própria do trabalho de cada associação". Em todas as associações existe algum trabalho de carácter inovador, que deve ser promovido e divulgado, de modo a distinguir o trabalho das associações daquilo que tem sido feito ao nível do poder local.

Ainda sem encontrarem respostas para este problema, as associações despertaram para outras possibilidades. Francisco Botelho salientou que a "visibilidade e legitimização tem de ultrapassar a dimensão local", pois é importante ter consciência da importância de dar visibilidade ao movimento de desenvolvimento local a nível nacional.

Da legitimização à certificação foi um passo. Mas, a particularidade e a diversidade das intervenções das associações complica a adopção de quaisquer critérios.

Jorge Coelho, da ALIENDE/MONTE, conseguiu a síntese quase perfeita do sentimento geral, ao referir que é útil e "necessário um reconhecimento claro do Estado para que haja transparência na atribuição de programas", mas "um processo de certificação mais formal não me parece viável, dado que não se podem certificar pessoas e comportamentos".

É sobre estas pessoas que trabalham nas ADL que pairam algumas "nuvens negras". O que é que vai acontecer a seguir? Joaquim Pulga colocou no ar as principais dúvidas sobre o futuro das ADL depois do Quadros Comunitários de Apoio. "Será que as ADL servem apenas para executar programas? E depois? Vão ser desmanteladas e montadas, conforme a existência de programas?"

Uma possibilidade que as ADL presentes se recusam a aceitar, é que não se deve confundir o desenvolvimento local com a gestão de programas. A execução de programas é apenas uma parte do trabalho das associações no terreno, e é por esse trabalho que querem ser reconhecidas.

Uma ideia despertou desta reflexão: seria muito mais frutuosa a existência de um plano de desenvolvimento com objectivos definidos, para o qual os programas funcionassem apenas como uma forma de aliviar o orçamento e como complemento do projecto inicial. Um plano de desenvolvimento que passa pelo necessário reconhecimento do Estado do importante papel das ADL. Um reconhecimento que poderia tomar a forma de "contratos-programa assinados com as ADL para o desenvolvimento de iniciativas".

Da sustentabilidade financeira

No final, Vítor Abreu fez uma abordagem da situação dos "Novos Instrumentos Financeiros" e apresentou o simulador financeiro "LeadNif", que está disponível, com instruções, no sítio <http://caleader.inde.pt/leadnif> para consulta dos interessados. Uma versão final vai ser disponibilizada em CD para as associações. No quadro dos instrumentos financeiros o objectivo é que a partir do LEADER +, as ADL possam desenvolver exercícios de engenharia financeira.

Samuel Esteves teve ainda oportunidade de fazer um "retrato" das conclusões do Seminário da Meda. Da pergunta "Qual o futuro das ADL?", surgiu uma resposta que se destacou pelo carácter optimista. Muitas das associações presentes na Meda acreditam que o "trabalho desenvolvido é tão importante e é uma mais valia tão grande, que a partir de 2006 as ADL serão parceiras indispensáveis nas políticas nacionais". Apesar do optimismo, a análise da práticas empresariais das ADL não foi posta de parte. A formação de empresas pode revelar-se uma prática positiva, e da qual as associações podem colher dividendos. Samuel Esteves transmitiu aos presentes os exemplos bem sucedidos da TEMPLAR, da ANTE e da CENTER.

Num quadro de partilha de experiências, Joaquim Pulga apresentou os casos da Terras do Cante e AquémTejo, empresas fomentadas pela Terras Dentro. Se a primeira, vocacionada para o turismo, não se tem revelado como um caso de sucesso, a segunda, que se dedica ao desempenho de serviços para outras entidades tem-se revelado como um excelente veículo de financiamento adicional da ADL. Um caminho, que pode ser seguido por outras ADL.

João Limão



Foto: Luis Alvarez

III Encontro Nacional da Rede Portuguesa LEADER II

casa cheia

Chegaram de todo o país. Do Norte, Centro, Sul e Ilhas. Acudiram a Santarém 42 das 48 ADL LEADER. Mais os técnicos da Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER, Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, entre outras entidades, passaram pelo CNEMA, nos dias 14 e 15 de Dezembro de 2000, cerca de 100 participantes. Convidados a assistir a um ponto de situação e balanço do LEADER II e das actividades da Célula de Animação, os LEADER portugueses compareceram em peso e cheios de força. Reservadas para o segundo e último dia, as intervenções da responsabilidade da DGDRural sobre o LEADER + prenderam os participantes nas cadeiras até ao último minuto. Uma casa cheia.

Do LEADER II tudo ou quase tudo já foi dito e escrito. A cerca de seis do encerramento, é tempo de pensar no fecho do Programa. Foi, sobretudo, para esclarecer os técnicos das ADL sobre alguns aspectos ligados ao encerramento que Nuno Jordão aceitou ao convite da Célula de Animação para dar início aos trabalhos do III Encontro Nacional.

Nuno Jordão começou por apresentar ao auditório algumas explicações sobre a sua situação no seio da Comissão Nacional de Gestão, face às notícias da proposta da sua substituição na presidência daquele órgão por parte da DGDRural. De uma forma sintética, fez uma resenha da sua intervenção no LEADER II e prestou alguns esclarecimentos relativos à sua participação na elaboração da candidatura portuguesa ao LEADER +.

Passando ao que realmente o tinha levado a Santarém, Nuno Jordão sublinhou a importância do LEADER II no reforço das competências locais e na dimensão da cooperação. "O arranque foi difícil mas lentamente os problemas foram sendo ultrapassados. Hoje, em termos gerais, o balanço é extremamente positivo". E ao contrário do que aconteceu no passado, e na opinião do responsável pelo LEADER II, o encerramento do Programa vai ser mais fácil. Existem, no entanto, dois ou três aspectos a ter em mente, nomeadamente os que dizem respeito aos aspectos financeiros. Neste sentido, Nuno Jordão apelou a "um fecho mais controlado" aconselhando, contudo, as ADL a "gastar" até ao último Euro, pois só assim poderão otimizar a execução do Programa, respeitando os máximos atribuídos. Um equilíbrio que permitirá um fecho rápido e sem problemas.

Depois do intervalo para café, e até à hora do almoço, os trabalhos recomeçaram com uma passagem pelas actividades desenvolvidas no quadro da animação nacional. Num momento em que a maioria dos grupos de proximidade constituídos no âmbito do LEADER II já concluíram as primeiras três etapas do processo de animação da Célula, os "grupos de trabalho" e os "seminários temáticos" saltaram para a mesa sendo alvo de um rigoroso ponto de situação. Em diferentes fases, mas com tanto ou mais peso no quadro das actividades da Célula, encontra-se o CDI (Centro de Documentação e Informação), a Exposição Itinerante e os Programas de Rádio que mereceram neste Encontro uma referência especial. (ver "Balanço das actividades da Célula de Animação", p.14)

À tarde, a Célula de Animação convidou os participantes a formar três grupos de trabalho. Repartidos por outras tantas salas, o objectivo era, em duas horas, apontar aspectos positivos e negativos relativamente às actividades e aos métodos utilizados pela Célula de Animação, desde o início até hoje, e se estes se encontram adaptados às necessidades do desenvolvimento local em meio rural e das ADL.

De volta ao auditório, os relatores eleitos por cada um dos grupos, subiram à tribuna. Actividade a actividade, os grupos (que tinham reunido sem a presença de qualquer técnico da Célula de Animação) apontaram os "mais" e os "menos" do trabalho que a Célula vem desenvolvendo desde o início de 1999.



Fotos: Luis Alvarez

O "Pessoas e Lugares" e os "Cadernos Temáticos" obtiveram a nota mais alta. Na área da animação directa, os grupos são de opinião que a metodologia (ascendente e participativa) utilizada nos "encontros de proximidade" e "oficinas trocas de experiências" serviu para aproximar as ADL e provocar a discussão. Ainda nesta área, as "acções de formação" e os "seminários" foram alvo de inúmeras observações cabendo-lhes notas mais baixas. Os grupos apontaram, no caso das "acções de formação", a necessidade de retribuir o conceito de formação, de reforço de competências e de formadores externos. Sobre os "seminários", a opinião é unânime: são muitos. Nesse sentido, deixaram uma sugestão - reunir alguns temas de forma a reduzir o número de seminários - e propuseram um novo tema - o desenvolvimento face à globalização.

Na área da gestão da informação, a satisfação foi geral relativamente ao projecto apresentado - CDI - o mesmo se verificando em relação à "exposição itinerante" (área promoção e imagem), (ver p.15)

No dia seguinte, os mesmos grupos, a mesma metodologia, para uma questão diferente: expectativas para 2001.

De uma maneira geral, os grupos consideram que não há necessidade de criar novas actividades ou estruturas, contentando-se com a realização das que já estão previstas. Ainda assim, e caindo, nalguns casos, em contradição com o que haviam referido no dia anterior, os grupos apresentaram necessidades de formação específicas, nomeadamente nas áreas fiscal e financeira, e na organização e acompanhamento de projectos.

Em 2001, as ADL gostariam de ver o número de seminários reduzido (para que isso possa acontecer sugeriram o agrupamento de alguns temas), a agência de informação a funcionar (e assim colmatar a falta de difusão da informação local na comunicação

social nacional) e a Feira LEADER de pé. A criação de um Fórum e a redacção de uma Carta Ética, de forma a salvaguardar a informação prestada pelas ADL à Célula de Animação, foram também aspectos mencionados. (ver p. 15)

LEADER +

Por volta das 15 horas, com o LEADER II para trás e as actividades da Célula "arrumadas", Rui Barreiro, Leonor Casimiro e Manuela de Azevedo e Silva cativaram a plateia. Com as "últimas" do Programa LEADER +, o director-geral do desenvolvimento rural apelou à absoluta necessidade de ganhar tempo nos primeiros seis meses de 2001. "Existe uma margem de manobra razoável mas como o atraso já é muito, vai ter de haver, da vossa parte um maior esforço". Além disso, existem no LEADER + novos interlocutores. Por isso, na opinião de Rui Barreiro, quanto mais concertada for a posição das ADL mais fácil será contornar a situação.

Por falar em novos interlocutores do LEADER, o director-geral convidou Leonor Casimiro, assessora da DGDRural e membro da equipa que elaborou a candidatura nacional ao LEADER +, a apresentar os objectivos dos três vectores do Programa. A saber: apoio a estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto (vector 1); apoio à cooperação entre territórios rurais (vector 2); colocação em rede (vector 3). Neste último, demorou-se um pouco mais referindo-se aos dispositivos contemplados, nomeadamente, as estruturas de animação (Célula de Animação Nacional, Unidades Territoriais de Animação e Observatório Europeu LEADER +) e os instrumentos (Fórum LEADER +, Bolsa de Oportunidades em Meio Rural, Observatório Mundo Rural, Sistema de Divulgação e Sistema de Informação).

Antes de passar a palavra, Leonor Casimiro sublinhou ainda a importância (leia-se obri-

gatoriedade) do trabalho em rede nesta nova fase do Programa LEADER.

Manuela de Azevedo e Silva, chefe de divisão de Gestão de Programas e Projectos de Desenvolvimento Rural, apoiou a sua intervenção nos critérios de selecção a que os GAL e os PDL estarão sujeitos e nos procedimentos aos quais vão ser submetidas as candidaturas.

Resumidamente, Manuela Silva deu a saber que a selecção dos GAL se baseia na apreciação da parceria (natureza da parceria, disposições estatutárias, organização, capacidade económica e financeira e experiência) e que a selecção dos PDL tem em conta os territórios e o plano considerando, relativamente aos primeiros, os seguintes factores: ruralidade, dimensão e homogeneidade. Quanto ao PDL, o diagnóstico, estratégia e objectivos e as disposições para execução do próprio PDL são os aspectos que contam.

Numa rápida passagem de "acetatos", Manuela Silva mostrou como está estruturado o sistema de coordenação e de gestão e acompanhamento do LEADER +. Assim, a DGDRural compete a coordenação geral do Programa; existe um gestor (nomeado em Conselho de Ministros, por proposta do MADRP) que será assistido por uma Unidade de Gestão apoiada, por sua vez, por um Estrutura de Apoio Técnico; e a Comissão Nacional de Acompanhamento e as Comissões Regionais de Acompanhamento integram o chamado Sistema de Acompanhamento.

Por último, um olhar também muito rápido ao plano de financiamento global por eixos e fontes de financiamento. Nos seis anos, o valor total do "bolo" é de 56.767.487 contos, cabendo, naturalmente, a Bruxelas a maior fatia (32.397.891 contos). No LEADER +, as regras financeiras impostas pela CE são muito apertadas, os números terão de ser respeitados. "É bom que todos tenham consciência disto".

Tendo em conta tudo isto, a DGDRural prevê um calendário a oito meses para o início de execução dos PDL: dois para a verificação das candidaturas e selecção dos GAL e dos PDL, dois para a conclusão do processo de decisão e outros tantos para o ajustamento final e assinatura das convenções de financiamento.

Mais e mais números, foi o que levou também António Oliveira das Neves a Santarém. O responsável pela avaliação ex-ante do Programa Nacional LEADER + referiu-se às actividades realizadas (análise documental, entrevistas, etc.) e fez uma síntese dos principais resultados da avaliação ex-ante. Do Relatório de Oliveira das Neves saíram recomendações que contribuirão para introduzir algumas alterações na versão proposta à apreciação da Comissão Europeia, nomeadamente: a reformulação de critérios e metodologias para a definição de zonas homogêneas, cuja designação foi reajustada para "manchas territoriais de intervenção" do Programa; a reconstrução da árvore de objectivos de suporte à estratégia; e o aprofundamento da formulação de objectivos específicos dos Vectores de Intervenção;

Regina Lopes, da Federação das ADL "Minha Terra" foi a senhora que se seguiu. Com a última assembleia ainda fresca na memória (realizada no dia anterior após os trabalhos do Encontro), Regina Lopes salientou alguns aspectos que considera fundamentais a salvaguardar no futuro.

Após um curto período de debate - que os técnicos das ADL aproveitaram até ao último minuto - Luís Duarte, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, uma vez o Director-Geral já não estar presente, acabou por encerrar o III Encontro Nacional da Rede Portuguesa LEADER II.

Paula Matos dos Santos

III Encontro Nacional LEADER II

A reflexão colectiva ao nível da rede LEADER e, mais genericamente, ao nível da rede das ADL trabalhando em meio rural é, sem dúvida, um elemento central para a consolidação da rede e, consequentemente, para a auto-sustentabilidade do desenvolvimento local em meio rural. Nomeadamente, pontos tão importantes para esta auto-sustentabilidade como a organização de estruturas e serviços inter-territoriais, a elaboração de referências metodológicas comuns e a concepção e implementação de políticas de desenvolvimento adaptadas, passam por uma capacidade de reflexão colectiva entre as ADL e outros actores do desenvolvimento rural e entre as ADL o próprio Ministério.

Essa reflexão colectiva vai além da simples capacidade de concertação e de entendimento. A capacidade de concertação já existe, de facto, e ganhou relevância nos dois últimos anos, tanto ao nível das próprias actividades da Célula com ao nível de outros espaços de diálogo e concertação colectiva, nomeadamente a Federação das ADL e outros projectos de cooperação que começam a ganhar dimensão nacional. Mais ainda que o diálogo e a concertação, a **reflexão colectiva leva à definição de linhas gerais de actuação para o desenvolvimento local em meio rural, que se enriquece a partir da diversidade dos pontos de vista e das experiências existentes no terreno.** Trata-se de um verdadeiro exercício de inteligência colectiva que valoriza de maneira positiva e construtiva a diversidade das sensibilidades e compreensão dos problemas de cada um ou de cada ADL. Um tal exercício é possível se existir, de facto, uma grande capacidade de ouvir, relativizar o seu próprio ponto de vista, integrar de maneira positiva os pontos de vista dos outros e, sobretudo, ultrapassar os interesses

A reflexão colectiva ao nível da rede nacional LEADER é, sem dúvida, um exercício difícil, para o qual ainda não encontrámos o melhor modelo de condução. Contudo, o III Encontro Nacional da Rede LEADER, realizado em Santarém a 14 e 15 de Dezembro, não só pôs à luz do dia estas dificuldades como permitiu identificar alguns caminhos para esta reflexão colectiva. Compete-nos agora a nós a responsabilidade de concretizar estes caminhos. E dois instrumentos apontados neste Encontro Nacional parecem essenciais para este fim: por um lado um fórum permanente da rede e, por outro, a ideia de uma carta ética.

particulares e imediatos para se inscrever num exercício de interesse colectivo e cidadania activa.

Do II Encontro Nacional da Rede Nacional LEADER II em Évora ao III Encontro em Santarém - um passo importante mas ainda não suficientemente satisfatório

Enquanto Célula de Animação da Rede Nacional, consideramos a prática da reflexão colectiva como um elemento essencial para a consolidação da rede. Por isso, já no segundo Encontro Nacional da Rede LEADER II em Évora, no mês de Março de 2000, pusemos esta reflexão colectiva como objectivo principal do encontro. A ideia, então, era promover, a partir dos processos em curso nos diferentes grupos de proximidade, uma reflexão colectiva a nível nacional sobre os temas mais importantes para o desenvolvimento local em meio rural, a tratar posteriormente nos diversos seminários.

Em Santarém relançámos o debate, já num outro contexto e com um método diferente. Por um lado, existia já um capital de experiências e actividades muito mais avançado ao nível da rede. Por outro lado, esta grande actividade da rede levou a questionar a própria metodologia de intervenção da Célula e reflectir sobre uma metodologia mais adaptada a esta nova situação.

No entanto, o método aplicado para conduzir esta reflexão colectiva revelou outros limites e dificuldades. Se, por um lado, o debate em grupos de trabalho permitiu uma participação muito maior do que um debate em plenário como em Évora, não tivemos oportunidade, principalmente por falta de tempo, de transformar os diversos debates ao nível de pequenos grupos num debate geral ao nível da rede, de maneira que ficámos com uma grande quantidade de observações ou recomendações que, por vezes, são incoerentes ou mesmo contraditórias e precisariam ser retrabalhadas.

Por outro lado, a forma de apresentar as observações revelou, por vezes, uma certa dificuldade em relativizar os pontos de vista, encontrar uma certa objectividade ao mesmo tempo que revelou uma certa desconfiança, que foi possível discutir abertamente.

O desenvolvimento rural foi o grande ausente do Encontro Nacional de Santarém

Mas mais preocupante ainda do que estas questões de forma, verificou-se uma grande dificuldade em discutir as questões de fundo. Assim, o debate ficou focalizado sobre as actividades da Célula sem que haja, apesar da preparação dos documentos neste sentido, uma verdadeira reflexão sobre os objectivos da animação nacional, nomeadamente a definição de objectivos para o ano 2001.

Por detrás desta dificuldade revelou-se uma certa abstracção do objectivo final de todas as nossas actividades, ou seja, o próprio desenvolvimento rural! Por outras palavras, o desenvolvimento rural foi, por assim dizer, o grande ausente deste Encontro, apesar da introdução de alguma reflexão sobre este tema por parte do responsável pela avaliação, Oliveira das Neves, no segundo dia. Ora, isso deveria ser o ponto de partida de toda reflexão colectiva a nível da rede.

Repensar a reflexão colectiva

Apesar destas dificuldades, provavelmente o aspecto mais positivo do Encontro Nacional de Santarém foi a discussão das próprias limitações encontradas neste exercício colectivo e ter avançado e consensualizado

propostas concretas para as ultrapassar.

Em primeiro lugar, chegámos à conclusão que a primeira condição para produzir um verdadeiro trabalho em parceria é criar todas condições para uma transparência e uma confiança plena entre as ADL e a Célula. Uma proposta essencial foi feita neste sentido: redigir uma carta ética de funcionamento entre a Célula e as ADL. A própria elaboração desta carta poderá ser um exercício de uma grande importância. (ver caixa junta)

Em segundo lugar, chegámos à conclusão de que temos que pensar em outros espaços de reflexão colectiva. Tendo em conta a sua importância, os Encontros Nacionais já não são suficientes e, deste Encontro, saiu uma proposta concreta que precisa ser trabalhada mas aponta num caminho certo, ou seja, um fórum permanente sobre o desenvolvimento local. (ver caixa junta)

A rede do desenvolvimento local deve apontar para um caminho certo de diálogo e reflexão colectiva

Em conclusão, não há dúvida que o Encontro Nacional de Santarém marcou um passo importante na reflexão colectiva ao nível da rede LEADER. Deveremos agora continuar neste sentido, concretizando as propostas apresentadas e tentando pouco a pouco afirmar o diálogo no seio da rede, em parceria no verdadeiro sentido da palavra, ou seja com uma capacidade de escuta, de valorização da diversidade dos pontos de vista e de inteligência colectiva. É o que podemos esperar de uma rede de organizações que têm o Desenvolvimento Local como referência.

um passo importante no processo de aprendizagem da reflexão colectiva ao nível da rede nacional

Carta ética da Célula

Num debate sobre as relações entre as ADL e a INDE enquanto Célula de Animação da Rede LEADER, tivemos oportunidade de lançar a ideia de uma carta ética em que se definam as regras dessa relação. O objectivo desta carta seria a de formalizar alguns aspectos que, embora evidentes para nós, podem gerar alguma desconfiança junto das ADL. A ideia foi muito bem recebida por todos os participantes.

Contudo, tratando-se de uma carta ética sobre as relações entre a Célula/INDE e as ADL, não podemos limitar-nos a falar das obrigações inerentes à INDE. Teremos também de abordar a questão da relação das ADL com a Célula. Daí que a carta ética deva ser um documento consensual e elaborado em parceria. Não há dúvida que será um exercício de grande utilidade para a qualidade do trabalho realizado ao nível da rede.

Tendo em conta a importância deste trabalho, propomos iniciá-lo o mais rapidamente possível, com a seguinte metodologia: um primeiro esboço da carta ética poderia ser elaborada pela Célula durante o mês de Janeiro e enviada a todas as ADL. Na base da análise das respostas poderemos elaborar então uma nova versão com vista a atingir o mais amplo consenso possível. É evidente que a Federação Minha Terra pode ter um papel muito importante neste processo. Uma vez a carta consensualizada, propomos que ela venha a ser assinada pelos diversos parceiros.

Fórum de discussão e opinião

No decurso do III Encontro Nacional foi expresso o desejo de que a Célula de Animação proporcionasse a quantos trabalham nas ADL, técnicos, gestores e directores, um espaço permanente de reflexão e discussão onde se pudesse dar livre curso às preocupações, dúvidas, perplexidades e descobertas com que se deparam na sua prática diária.

O movimento do desenvolvimento local em Portugal possui já uma fórum de informação e discussão que merece ser valorizado. Referimo-nos à lista de difusão DLR (consulte <http://utad.pt/~pferrao/dlr>) onde se encontram solidariamente centenas de pessoas ligadas ao desenvolvimento local. Não temos, portanto, de caminhar por aí.

Pensamos no entanto que, no âmbito específico da implementação do Programa LEADER, se poderá criar um fórum de discussão e opinião, permanentemente aberto à participação dos diversos agentes. É o que pretendemos fazer no interior do Site da rede, que vai ser alvo de uma profunda remodelação gráfica no decurso do mês de Janeiro. Assim, e com início em Fevereiro deste ano, o Site da Célula passará a contar com uma página onde os seus visitantes poderão discutir, de uma forma livre e espontânea, os assuntos do seu interesse, estabelecendo através dela o diálogo que desejarem.

Em estudo, também, está a possibilidade de incluir no Site da Célula uma possibilidade de conversação directa "chat" que permita, on-line, a comunicação entre técnicos ou simples interessados pelas questões do DL em geral e do Programa LEADER em particular.

Balanço das actividades da Célula de Animação



Foto: Adriano Rangil

No III Encontro Nacional foi também reservado um momento para fazer o balanço das actividades da Célula de Animação.

Depois da **animação directa** ("encontros de proximidade", "oficinas de trocas de experiências" e "acções de formação" – um ciclo que a maioria dos 12 grupos de proximidade constituídos já fechou ou se prepara para fechar com a realização do respectivo "seminário temático"), os grupos preparam uma nova etapa: dar forma e conteúdo a alguns temas que emergiram ao longo do processo, considerados essenciais para o desenvolvimento local em meio rural, através de "grupos de trabalho".

Criados em momentos diferentes e com objectivos muito concretos, os grupos de trabalho têm vindo a dar à rede uma força de concepção e de actuação de grande valia para o futuro. O grupo de trabalho que envolve as ADL da Beira Litoral (ADD, AD ELO, ADDLAP e ADICES), por exemplo, surgiu da necessidade de preparar uma metodologia de auto-avaliação (apresentada no seminário temático), mantendo-se mesmo depois de este ter acontecido. Neste momento, quase seis meses após o seminário, o grupo encontra-se a preparar um Guião sobre o método SAP (Sistematização da Auto-avaliação Participada) que espera apresentar à rede LEADER muito brevemente.

Já o grupo de trabalho sobre "engenharia financeira" (ADER-SOUSA, ADRIMAG, ASDEPR, CORANE, PINHAL MAIOR, RAIA HISTÓRICA, RUDE e TAGUS) surgiu na sequência do seminário com este tema e da percepção que esta questão será um das mais importantes no LEADER+. Depois do seminário (em Abril do ano passado, na Guarda) o grupo já avançou muito no aprofundamento do tema, produzindo um Caderno Temático e outros produtos. Entretanto, o grupo de proximidade da Madeira e o dos Açores (que decidiram juntar-se na 2ª etapa – oficina de troca de experiência) viriam a "pegar" na mesma temática originando uma parceria para o seminário da Madeira do qual saíram várias linhas de actuação que estão neste momento a ser estudadas pelas ADL.

No conjunto dos grupos de trabalho constituídos na sequência do seminário, referência também para o grupo lançado na Meda, há pouco mais de um mês. Neste seminário, subordinado ao tema da "auto-sustentabi-

lidade das ADL", dos vários casos apresentados e da constatação que existe, ao nível da rede, uma grande experiência no sector do turismo, surgiu a ideia de criar uma estrutura de animação a nível nacional. Para já, um grupo de trabalho, cuja constituição ainda não está definida, prepara-se para estudar a melhor forma de apresentar o projecto ao universo LEADER.

Para além destes, existem mais quatro grupos de trabalho que encontraram nesta figura a forma de melhor prepararem os respectivos seminários. É o caso do grupo da ADAE, ADIBER, DUECEIRA, PINHAL MAIOR e TERRAS DE SICÓ que está a trabalhar a "Imagem da ADL e do território". Das duas reuniões realizadas, o objectivo de fazer um levantamento da situação do tratamento da imagem por parte das ADL para daí extrair tipologias, aspectos inovadores e carências mantém-se. Por outro lado, os aspectos técnicos ligados à divulgação da imagem das ADL e dos territórios é uma das preocupações do grupo, de molde a que o respectivo Seminário possa ter uma componente muito prática para a utilização das Associações.

A ADER-SOUSA, ADRIMAG, DOLMEN e PROBASTO também se encontram a preparar o seu seminário. A trabalhar sobre a questão da "comunicação" e depois de problematizada a questão no âmbito das ADL, ainda não foi encontrado um fio condutor suficientemente forte para "assentar" o tema do seminário.

No Minho e Entre-Douro, a ADRIL, ADRIMINHO, ATAHCA e SOL-DO-AVE estão a fazer um levantamento documental de toda a regulamentação referente aos "instrumentos de apoio ao DL" para, uma vez organizada por áreas temáticas e através de fichas, a fornecerem às restantes ADL como um instrumento prático de utilização. Trata-se de sistematizar a informação sobre os diversos instrumentos de apoio disponíveis a nível europeu e nacional, de molde a facilitar o seu acesso por parte das ADL.

Em Novembro, em Lamego, na "acção de formação", a ADRAT, BEIRA DOURO, DES-TEQUE e DOURO HISTÓRICO fizeram um primeiro esboço de um método para elaborar o PDL. Até ao seminário (Janeiro ou Fevereiro), onde pretendem fazer uma restituição do método e colocá-lo à disposição de todas as ADL como instrumento de apoio na

montagem dos PDL, este grupo vai reunir mais duas ou três vezes.

Fora desta situação encontram-se o grupo de proximidade do Baixo Alentejo e Algarve (ESDI-ME, IN LOCO, ROTA DO GUADIANA e VICENTINA), que devido a dificuldades de agenda ainda não realizou a sua "acção de formação", e o grupo da APRODER, CHARNECA, LEADER OESTE e TAGUS que depois de meia "acção de formação" sobre "escola e DL" (na Golegã, em Outubro) ainda não encontraram uma data para a outra metade sobre "imagem dos territórios". Só nessa altura, estarão em condições de decidir qual dos dois temas levam a seminário e se se constituem em grupo de trabalho. De qualquer maneira, a hipótese de avançar com um caderno temático sobre "escola e DL" parece consensual.

Para além destas actividades, a nível dos grupos de proximidade e grupos de trabalho, quatro actividades específicas da Célula de Animação foram referidas: cadernos temáticos, CDI, programas de rádio e exposição itinerante.

No que diz respeito aos "**cadernos temáticos**", quatro estão em curso e, à semelhança dos anteriores, serão publicados como suplemento do "Pessoas e Lugares". Além do que já ficou referido, estão a ser preparados cadernos sobre "vantagens jurídico-fiscais comparadas de estruturas de Desenvolvimento local", "Agricultura e DL em meio rural" e "Artesanato e DL em meio rural". Outros temas poderão surgir no decurso de 2001, em função de interesses e necessidades da rede.

Na área da **gestão da informação** mereceu especial referência neste Encontro o Fundo de documentação que deu lugar ao CDI (Centro de Documentação e Informação). Ainda em fase de implementação e desenvolvimento, o CDI da Célula de Animação encontra-se informatizado com um software específico para bibliotecas – o docbase – e funciona com duas bases: uma LEADER e outra não LEADER. Toda a documentação, que está a ser devidamente indexada e catalogada quer seja para alimentar a "base de dados" quer seja para o "fundo de documentação", encontra-se à disposição de todos cujo interesse de consultar manifestem através da Célula de Animação ou, mais directamente, pelo correio electrónico do CDI. Através do – cdi@inde.pt – as ADL tam-

bém poderão fazer chegar até ao CDI pedidos de pesquisa de informação sobre um determinado tema que necessitem documentação. O CDI poderá adquirir e disponibilizar as obras encontradas através de requisição.

Na área 3 – **comunicação** – para além do já conhecido "**Pessoas e Lugares**" (com 15 números publicados e uma tiragem de 4000 exemplares) também mereceram destaque os "**programas de rádio**". Demoraram muito mais tempo a arrancar do que o inicialmente previsto mas, neste momento, já foi produzido e enviado a duas rádios da zona de intervenção da ADER-SOUSA um programa, encontrando-se mais três na calha. Através de um inquérito lançado às ADL, que permitiram também chegar aos tipos de suporte, periodicidade e duração de programas as rádios estariam interessadas, foram definidas três áreas de programação: promoção, informação e entrevista. Quanto aos temas, apetece dizer, tudo é possível.

A "**exposição itinerante**" (área da **promoção e imagem**) é também uma ideia que começa agora a ganhar corpo e que poderá ser a base de uma campanha de promoção permanente do LEADER e do desenvolvimento rural durante 2001 percorrendo vários lugares e eventos ao longo do ano. Na Célula de Animação já começaram a chegar os textos e as fotografias que as ADL querem ver no seu painel mas ainda são poucas as que o fizeram. Apressar esta resposta, impor um ritmo mais acelerado foi o apelo que saiu deste Encontro. Na Célula já se prepara a programação, seleccionando os locais e os eventos por onde a exposição LEADER poderá vir a passar, mas a receptividade a propostas vindas das ADL é total e bem-vinda.

Quer através do "Pessoas e Lugares", dos programas de rádio, do CDI, quer da "agência de informação" (a lançar brevemente), dos ateliers "sitios e pessoas", do "repertório de mulheres" (em adiantada fase de construção) – actividades que não houve oportunidade neste Encontro para analisar detalhadamente – Célula de Animação não procura mais do que colocar à disposição dos grupos LEADER, e de todos aqueles que trabalham em prol do desenvolvimento local, instrumentos de partilha de vivências, histórias, conhecimentos e memórias.

Paula Matos dos Santos

Conclusões do III Encontro Nacional LEADER II

A multiplicidade das opiniões apresentadas durante o Encontro Nacional de Santarém e a necessidade de mais tempo para encetar um debate geral em sessão plenária não permitiram, propriamente, tirar conclusões. Apresentamos aqui uma sistematização das principais ideias e propostas apresentadas para cada actividade da Célula de Animação e as consequências em termos de programação para 2001.

Actividades	Observações apresentadas em Santarém	Consequências em termos de programação para 2001
1 – Animação Directa		
1.1 – Encontros de Proximidade	A metodologia seguida serviu para aproximar as ADL e provocar a discussão	Terminados
1.2 – Oficinas de Trocas de Experiências	A metodologia seguida serviu para aproximar as ADL e provocar a discussão	Terminados
1.3 – Acções de Formação	<ul style="list-style-type: none"> - Talvez o termo formação não seja o mais adequado para designar actividades que têm, às vezes, mais a ver com a reflexão e a produção colectiva; - por vezes não suficientemente adaptadas ao público-alvo; - recorrer mais vezes a formadores externos; - vários pedidos de formações específicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Será retrabalhado o conceito de formação na base da experiência adquirida neste campo durante os 2 primeiros anos; - Prever formações específicas
1.4 – Seminários	<ul style="list-style-type: none"> - Há demasiados. Dever-se-iam reunir temas, de forma a reduzir o número de seminários, rentabilizando também as deslocações dos técnicos; - proposta de um novo tema: o desenvolvimento face à globalização 	A redução do número de seminários dependerá da posição dos grupos de proximidade/trabalho que estão responsáveis pelos mesmos, do Ministério e da CE.
1.5 – Encontros Nacionais	Pedido de um fórum, uma vez por ano, para debater as questões do mundo rural e para os técnicos se conhecerem melhor e trocarem experiências; os Encontros Nacionais devem ser pensados neste sentido	De acordo com o programa previsto, haverá dois Encontros Nacionais em 2001
1.6 – Ateliers Sítios e Pessoas	Nenhuma observação	Serão realizados em função dos pedidos dos grupos
2 – Gestão da Informação		
2.1 – Base de dados	<ul style="list-style-type: none"> - Que ajudem na montagem de projectos de cooperação nacional e transnacional; - facilitar informação a projectos através de uma base de dados mais completa e de fácil acesso 	A base de dados será retrabalhada para responder melhor às necessidades actuais das ADL.
2.2 – CDI	Satisfação geral sobre o projecto apresentado;	Actividades do CDI de acordo com o esquema apresentado
2.3 – Agência de Informação	Fazer o que foi proposto	O sistema já está em funcionamento. A partir do início de 2001 haverá uma folha mensal de informação enviada aos órgãos de Comunicação Social a nível nacional
3 – Comunicação		
3.1 – Jornal de Ligação	Satisfação geral; introduzir mais informação local	Continuação da publicação do Jornal – Tentativa de alargar a distribuição
3.2 – Programas de Rádio	Concretizar melhor; dificuldade de afirmação junto da sociedade civil	Além dos 4 programas de rádio já disponíveis, prevê-se uma produção de 24 programas durante o ano 2001 (um de quinze em quinze dias)
3.2 – Site	Nenhuma observação; pedido de um fórum permanente	Lançamento de um fórum permanente sobre o desenvolvimento rural.
4 – Promoção e Imagem		
4.1, 2 – Guia LEADER e Mapa LEADER	Não realizados	Já está programada a realização destes dois produtos conjuntamente com o Ministério da Agricultura.
4.3 – Vídeo LEADER	Nenhuma observação	Alguns contactos foram realizados para produção de vídeo para televisão – Informações mais concretas serão apresentadas ulteriormente.
4.4 – Exposição Itinerante	Acordo geral com a proposta apresentada; Concretizar melhor	Estamos à espera de confirmações para finalizar a programação da exposição itinerante durante o ano 2001.
4.5 – Feira LEADER	Consenso para realizar na Manifesta "o local não é importante; a questão prioritária é saber quem paga"	Confirma-se a ideia de fazer a Feira LEADER no quadro da Manifesta.
4.6 – CD ROM	Nenhuma observação	Dois CDROM estão em fase de finalização (programas de formação; engenharia financeira). Outros irão ser produzidos durante o ano 2001.
5 – Capitalização		
5.1 – Cadernos Temáticos	Satisfação geral e aceitação dos temas previstos;	Realização dos cadernos já em curso e introdução de novos temas em função dos interesses manifestados
5.2 – Grupos de trabalho	Satisfação geral	Irão continuar em função das necessidades
5.3 – Repertório de mulheres	Nenhuma observação	Em fase final – Pronto para a publicação.

1 Uma formação específica sobre a auto-avaliação já está prevista. Além disso, uma série de temas foram propostos no Encontro Nacional, nomeadamente:

- formação na área fiscal e financeira (nota: o próximo caderno temático poderá responder a este pedido)
- formação para acompanhamento de projectos ou elaboração de um Guia
- formação na área da organização processual dos projectos (por um lado administrativo e por outro financeiro)
- formação para o relacionamento institucional
- formação para preparação dos PDL

(a realização destas formações dependerá da possibilidade de reorçamentação, uma vez que já foram realizadas todas as acções de formação previstas. A redução do número de seminários poderá abrir algumas perspectivas neste sentido).

2 Das reuniões já realizadas nos grupos de trabalho apareceram duas propostas que vão neste sentido: agrupamento num único seminário dois temas "estratégia territorial e plano de desenvolvimento local" e "programas de apoio" e agrupamento num seminário único os temas "imagem" e "comunicação e desenvolvimento local".

3 Os temas sobre os quais já estão previstos um caderno temático são:

- Vantagens jurídico-fiscais comparadas das estruturas para o Desenvolvimento Local
- Desenvolvimento Local em meio rural e Artesanato
- Desenvolvimento Local em meio rural e Agricultura
- Luta contra a exclusão social em meio rural

Mostra do mundo rural 2000

Novas "Viagens à nossa terra"



A DGDRural quis ser um lugar de encontro com as raízes, e ao longo de dois meses recebeu na sua sede nove representações regionais de todo o Portugal rural.

Foi a Mostra do Mundo Rural 2000. Um espaço para pensar e reflectir os caminhos da ruralidade, através de uma amostra das virtudes deste mundo tantas vezes esquecido. Portas fechadas, ficamos à espera do próximo ano.



Fotos: João Limão

A Mostra do Mundo Rural 2000 chegou ao fim. Pela sede da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR), em Lisboa, passaram imagens de nove regiões do país. Um breve retrato dos saberes, memórias e tradições de um mundo rural que não dispensa as necessárias visitas aos locais.

Na ponta final desta iniciativa, marcaram presença as últimas quatro regiões, que ainda não tinham passado pelo N.º 6 da Av. Defensores de Chaves. Depois das presenças da Beira Litoral, Trás-os-Montes, Ribatejo e Oeste, Madeira e Açores, coube agora a vez ao Alentejo, Beira Interior, Algarve, e Entre-Douro e Minho visitarem a DGDR. Para o final da Mostra ficou reservada a exposição "Os caminhos da lã e do linho", bem como uma sessão de venda de produtos tradicionais aberta à participação de todas as regiões.

Os objectivos da DGDR passam pela divulgação do mundo rural português, sendo esta Mostra, uma forma de o trazer até à cidade. De acordo com Cristina Serrão, relações públicas da DGDR, "o Ministério da Agricultura e nomeadamente a DGDR estão muito empenhados no extraordinário processo evolutivo que é o desenvolvimento do nosso mundo rural." Neste sentido, a mesma responsável reafirma que "dentro da nossa missão como organismo público, está mostrar aquilo que acontece, porque só se pode gostar e aderir àquilo que se conhece".

Os últimos encontros

Alentejo. Porque "lá para as bandas do sul, há um país..." Logo à entrada, mestre Louro trabalhava o barro na sua roda de oleiro. Ao lado descansavam as bilhas e cântaros, a aguardar as minúsculas pedrinhas de quartzo tão características da olaria de Nisa. Esta-

va dado o mote. A Semana do Alentejo na DGDR pautou-se pela imagem de gente de trabalho. Durante os cinco dias houve sempre alguém a trabalhar o barro, as tapeçarias ou a cortiça. A agitação do saber fazer, quase fazia esquecer o prazer das provas de alimentos. Os queijos, os enchidos e os vinhos, verdadeiras jóias da cultura gastronómica do Alentejo, também marcaram a sua presença e, claro, não passaram despercebidos. Por fim, porque a música é o alimento da alma, lá estiveram os grupos de cantares, representantes do tradicional cante alentejano, o cante que "aquece e faz companhia".

Beira Interior. Falar da Beira Interior seria falar do património histórico-arquitectónico de terras como Monsanto, Idanha-a-Velha ou Almeida, ou então confrontar os visitantes com as paisagens de beleza natural impar dos Parques Naturais da Serra da Estrela ou da Malcata. Mas tal não é possível em virtude da exiguidade das instalações da DGDR. Os visitantes tiveram então de se contentar com os vinhos do Dão, o queijo da Serra, o presunto serrano, ou as morcelas e farinheiras, que confortaram os estômagos presentes. Depois, houve ainda tempo para mostrar como é que os artesãos fazem aquelas coisas típicas que lisonjeiam a vista. Dos bordados ao linho, passando pela olaria.

Algarve. Da província mais a sul deste rectângulo "à beira mar plantado" veio uma das mais agradáveis surpresas desta Mostra do Mundo Rural 2000. Referimo-nos à actuação da companhia de teatro itinerante "Teatro Ao Largo", que apresentou a peça "O homem que plantava árvores". Uma história verdadeira, com uma forte mensagem ecológica, acerca de um pastor francês que, no início do século XX, plantou uma floresta numa região desertificada, sem ter tido qualquer ajuda. Uma representação que conjuga

o teatro de rua com o teatro miniatura inglês, e que usa a música ao vivo, a canção e a dança como mecanismos da narrativa. Um espectáculo divertido, que funciona como um alerta para o papel que os indivíduos podem ter na regeneração das zonas rurais. Uma actuação que quase ofuscou as outras actuações e as mostras de produtos típicos do Algarve. Num relance, lá estavam as amêndoas e o mel, bem como os sedutores doces tradicionais. Ao lado, os vinhos frutados, a aguardente de medronho e os licores de frutos e mel.

Entre-Douro e Minho. Teve a honra de ser a região a fechar a Mostra do ano 2000. Regados pelo Alvarinho e pelos bons vinhos verdes lá estiveram os saberes culinários das terras que Alexandre Herculano apelidou de Alto Minho. Ao lado marcaram a sua presença os vimes, a olaria, as rendas e bordados, as colchas e mantas típicas. Uma amostra simples dos saberes há muito construídos.

"Os caminhos da lã e do linho"

Para o final ficou reservada uma última semana dedicada à exposição "Os caminhos da lã e do linho" e uma sessão de venda de produtos típicos. Das nove regiões que desfilaram na sede da DGDR ao longo destes dois meses, apenas duas aceitaram o convite da organização e marcaram presença nesta última iniciativa. Em representação da Beira Interior vieram os produtos manufacturados em linho, verdadeiras obras-primas, mas que ante o lamento de Dona Maria José não venderam muito bem. Melhor sorte tiveram os representantes do Ribatejo e Oeste, que viram os seus doces saírem com "regularidade e fluidez".

João Limão



Foto: Terras de Sicó

Por trilhos da Serra de Sicó, a Associação de Desenvolvimento - Terras de Sicó, mostrou no passado dia 6 de Dezembro alguns dos seus projectos LEADER e Centro Rural.

Para esta visita de trabalho, que contou com a presença do sub-director-geral do Desenvolvimento Rural, do Governador Civil de Coimbra, da DRABL, da CCRC, da Região de Turismo de Leiria e dos autarcas dos concelhos da zona de intervenção da Associação, foi elaborado um pequeno livro, intitulado "Por trilhos da Serra de Sicó", através do qual foi possível obter mais informações sobre os projectos que iam sendo visitados.

Iniciámos a visita pela vila de Soure, com paragem na Câmara Municipal, e Figueiró do Campo, onde um ceramista de loiça de Conimbriga - Cerramoldes - nos esperava.

Continuando a viagem até ao concelho vizinho, Condeixa-a-Nova, foi a vez de visitar outro ceramista situado mesmo ao lado das ruínas romanas de Conimbriga.

Retomámos a viagem por entre as serras do maciço calcário de Sicó, onde vimos alguns dos projectos do Centro Rural (melhoramentos em estradas, caminhos e saneamento básico, do Museu Arqueológico do Rabaçal e de largos de Igrejas), até chegarmos ao concelho de Penela. A Vinisicó (Associação de Vitivicultores da área da ADSICÓ) brindou-nos com alguns dos produtos endógenos da região, o Vinho Terras de Sicó, o Queijo Rabaçal e doces tradicionais.

Continuámos até à freguesia de Espinhal (ainda em Penela), e fomos surpreendidos por uma casa de Agro-Turismo - Terra Boa - onde provámos um dos seus produtos - o sumo de uva.

Prosseguimos até Ansião onde A Casa da Várzea, uma casa de quinta recuperada para o Turismo Rural, nos acolheu servindo ao almoço um dos pratos típicos da região - o cabrito assado. Na mesma freguesia visitámos uma queijaria de queijo Rabaçal DOP, pertencente à Coprorabaçal (Cooperativa de Produtores de Queijo Rabaçal).

Alvaiázere foi o concelho seguinte onde visitámos um lagar de azeite remodelado, e em plena laboração. No centro da vila encontramos um acolhedor e repousante jardim de onde é possível observar as encostas calcárias de Sicó.

Prosseguimos viagem até chegar a Pombal, o último concelho a ser visitado, onde a Adega Cooperativa nos deu a provar alguns doces regionais, acompanhados do Vinho Terras de Sicó que produz, e lançou um espumante ainda em fase de experimentação. E foi aqui também que se realizou o encerramento desta visita com a presença do presidente da Terras de Sicó, e da Câmara Municipal de Pombal, Eng. Narciso Mota.

TERRAS DE SICÓ



Em Freamunde, concelho de Paços de Ferreira, Dezembro é mês de Santa Luzia. No passado dia 13 venerou-se a festividade e, como cartaz turístico da Vila, realizou-se a tradicional Feira dos Capões. O dia de Santa Luzia atrai milhares de curiosos, entre eles muitos apreciadores do galo castrado que faz a delícia de muitas ceias de Natal.

Da feira à mesa e para incentivar a criação de capão e divulgar a espécie, a Associação de Criadores de Capão de Freamunde organiza, todos os anos, um concurso que visa seleccionar o melhor de todos os exemplares apresentados na feira.

O capão, o pitéu de luxo de que se fala há vários anos por esta altura, foi apreciado em concurso gastronómico na véspera de Santa Luzia. Pela nona vez, e à semelhança de anos anteriores, a Junta de Freguesia de Freamunde, a AJAF (Associação Juvenil ao Futuro) e a Associação de Criadores de Capão de Freamunde, juntaram à mesa vários convidados para provar o galo eunuco cozinhado à moda da vila de Freamunde. Marcaram presença, entre muitos outros ilustres convidados, membros da Confraria "Panela ao Lume" e da Confraria de "Lafões", a Associação de Restaurantes e Similares do Norte de Portugal e o distinto Chefe Silva. O concurso gastronómico é um meio de divulgar esta especialidade de raízes profundas na cultura desta gente.

ADER-SOUSA

Divulgar a prática do hipismo, o seu fomento junto da juventude e a criação de condições de treino dos cavalos da região para a competição é o principal objectivo desta iniciativa conjunta da ANTE (Associação Nacional de Turismo Equestre) e das associações de desenvolvimento local Aproder e Charneca.

Para alcançar estes objectivos, a ANTE, a Aproder e a Charneca garantem apoio financeiro para a realização destes eventos e convidaram o CNEMA, a Lusitanus, a Coudelaria Nacional e as Coudelarias do Ribatejo, a Escola Prática de Cavalaria, a Escola Superior Agrária de Santarém e os Centros Hípicos da região a colaborarem, de forma que possam corresponder a um interesse comum que é a divulgação e o desenvolvimento do desporto hípico e das actividades culturais e económicas que com ele estão relacionadas.

A iniciativa, que decorre de Novembro deste ano até Março de 2001, contempla em cada um dos dias (ver calendário) provas de todas as modalidades hípicas: gincanas, provas de ensino, equitação tradicional portuguesa, obstáculos e cross. À excepção das provas de gincana, que são gratuitas, o valor de inscrição é de 500\$00.

Inscrições ou qualquer outra informação junto da ANTE 249 976689, APRODER 243 333894 e CHARNECA 243 619060.

Calendário

Alorna - Almeirim, 13 Janeiro 2001
EZN - Vale de Santarém, 17 Janeiro 2001
Campo da Feira - Azambuja, 10 Fevereiro 2001
Arneiro - Golegã, 3 Março 2001

Iniciou a 26 de Setembro o curso piloto de Educação e Formação de Adultos. Este curso da responsabilidade da Esdime, insere-se no âmbito do trabalho que a Agência para a Educação e Formação de Adultos (ANEFA) está a desenvolver por todo o país.

Encontram-se a frequentar o curso, que decorre em Aljustrel, 13 formandos provenientes das Freguesias de Aljustrel, Ervidel, Rio-de-Moinhos e Messejana, com o objectivo de obterem o certificado do 2º ciclo.

Até ao momento os formandos passaram pelo processo de Balanço de Competências em que se pretendeu ressaltar, a partir da experiência de vida dos formandos, os conhecimentos que fazem parte do referencial do curso. O conjunto destes conhecimentos foi submetido ao Júri de Validação, constituído pelos formadores dos módulos-chave e pelo mediador, para serem reconhecidos e validados.

No dia 27 de Novembro iniciaram a parte curricular do curso, com o módulo "Aprender com Autonomia", a que seguem os módulos-chave: "Matemática para a Vida", "Linguagem e Comunicação", "Cidadania e Empregabilidade", "Tecnologias da Informação e Comunicação" e o módulo técnico-profissional "Práticas Administrativas".

É de salientar o grande empenho e envolvimento por parte dos formandos, formadores e mediador no desenvolver deste processo, assim como o apoio que tem sido prestado pela Escola EB 2,3 de Aljustrel e pelo Organizador Local da ANEFA.

Sendo este um dos 12 cursos piloto em observação no país, esperamos que os resultados desta experiência permitam a multiplicação de iniciativas desta natureza.

Dora Assunção
ESDIME



Um dos desafios que se colocava ao Programa LEADER II para a Região da Beira Serra passava (e passa) pela criação de condições materiais que atenuem o continuado abandono das aldeias da nossa Região, em favor da demanda dos Centros Urbanos do Litoral com todos os transtornos, dificuldades e alienação que tais opções acarretam, ao nível do bem estar e qualidade de vida.

Por outro lado vivemos numa época marcada pelo ritmo intenso da mudança, a Sociedade da Informação, centrada na troca ininterrupta de experiências e saber através das novas Tecnologias da Informação originando desta forma a globalização dos desafios e das oportunidades.

Não ficar de fora desta nova realidade que atravessa as sociedades desenvolvidas é o grande desafio que se coloca às comunidades rurais da nossa e de outras Regiões marcadas pela interioridade. Na Sociedade actual não podemos gerar Info-Excluídos, nem nos podemos dar ao desperdício de deixar de dotar os mais jovens da preparação que os qualifique para os desafios do futuro.

Neste sentido a ADIBER em parceria com as Câmaras Municipais de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua, levou a cabo um projecto aprovado no âmbito do Programa LEADER II, que consiste em dotar 35 Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico das Aldeias mais isoladas destes Concelhos, de equipamento informático ligado à INTERNET.

Quer-se assim investir com consequência na melhoria da qualidade de vida das populações rurais, no combate ao isolamento geográfico e à persistente interioridade, marcada quantas vezes pela solidão e ausência de expectativas positivas.

É uma aposta clara na Escola, como meio de incremento da modernidade nos espaços rurais e, investir na sua função educativa, formativa e lúdica como a melhor aliada para a introdução de medidas inovadoras que preparem os mais jovens e as suas comunidades de origem para os desafios do futuro, abrindo-lhes novas possibilidades de cooperação e envolvimento com o exterior.

Objectivamente esta Rede Telemática proporcionará uma aproximação entre as diferentes estruturas escolares, em especial entre as escolas beneficiárias do Projecto e outras Escolas também ligadas à Internet, o que permitirá desde logo encurtar as distâncias entre os diversos estabelecimentos de ensino e, mais importante, abrir um manancial de possibilidades informativas, pedagógicas, didácticas, formativas, lúdicas, experimentais, cooperativas,...

A implementação da Rede é neste momento acompanhada por um Animador que, para além de dar Apoio Técnico aos utentes do sistema, fará a programação das suas actividades, cujo corolário será a constituição de um Portal Informático Regional denominado, Beira Serra Digital, cuja central de informações será alimentada e dinamizada pelas Escolas que dão forma à Rede e, todas as outras que a ela queiram aderir. O Portal Beira Serra Digital, resultará da recolha junto das respectivas comunidades de toda uma diversidade de informações úteis que serão colocadas na Rede ao dispor de toda a Região e de todos aqueles que a elas queiram aceder: actividades escolares, eventos culturais e desportivos, cultura e tradição, ...

Pelos resultados até agora obtidos junto das Escolas onde o projecto já foi implementado, é com satisfação que damos conta do sorriso das crianças que vêem neste projecto um desafio às suas potencialidades, como quem diz " - Estamos aqui, existimos e temos coisas para ver e contar !".

E a partir daqui abre-se uma fonte de possibilidades... Ligadas ao Futuro.

Góis, 18 de Dezembro de 2000

ADIBER



No passado dia 24 de Novembro, a DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega promoveu mais um encontro inserido no Programa de Animação Cultural "Serões na Aldeia". O IV Painel Temático teve como tema "A Gastronomia como factor de Identidade Regional".

Este painel teve lugar na Pensão Borges, em Baião e contou com a presença, além do director da Dolmen, Dr. Rolando Pimenta, do Eng.º Luís Ramos, da Agência de Desenvolvimento Regional de Entre-Douro e Tâmega/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Dr. Matoso, da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho, Dr.ª Joaquina, da Comissão Nacional de Gestão do LEADER II, Prof. Artur Borges, presidente da Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz do Douro e Joaquim Pinto P. Henriques, presidente da Associação Comercial e Industrial de Baião/Direcção da Dolmen, entre outros.

Durante e após a Ceia Queirosiana o assunto reinante foi a gastronomia como factor de desenvolvimento regional e a valorização dos produtos da região. Além disso, discutiram-se problemas como a desertificação rural, apoio aos pequenos produtores e criação de locais onde as pessoas possam melhorar a aquisição dos produtos.

DOLMEN

Em fase de conclusão do programa LEADER II, a caminho da organização da candidatura ao LEADER +, a Associação de desenvolvimento rural integrado do Lima (ADRIL) realizou, no passado dia 15 de Dezembro, no Centro de Promoção e Divulgação dos Produtos do Vale do Lima (antigo matadouro de Arcos de Valdevez), uma conferência-reflexão sobre desenvolvimento rural integrado no Vale do Lima.

O presidente da ADRIL, Francisco de Calheiros, a propósito deste ponto da situação, considera que "o Programa LEADER II marcou o desenvolvimento do Vale do Lima".

Francisco de Calheiros apontou a recuperação das aldeias, a criação de centros cívicos e a promoção dos produtos locais como alguns exemplos que ilustram o papel positivo do Programa, e refere a cooperação nacional e transnacional como sendo as áreas que maior peso tiveram na gestão do mesmo.

Na ADRIL, o LEADER II corresponde a um investimento global de 1 milhão e 300 mil contos (comparticipação da UE de cerca de 734 mil contos), o que leva o presidente da ADRIL a considerar que "houve uma intervenção excepcional no Vale do Lima, no coração do Alto Minho, do ponto de vista do Programa LEADER".

Entre os dias 23 e 26 de Novembro de 2000 decorreu em Valladolid, no recinto da Instituição de Feiras de Castela e Leão, a quarta edição da INTUR, Feira Internacional do Turismo do Interior.

O certame, o único destinado ao turismo de interior entre todos os que se celebram na Península Ibérica, abarcou todos os âmbitos do turismo do interior, entre os quais se destacaram opções como o turismo cultural, paisagístico, rural, gastronómico, ecológico, de aventura, entre outros.

Na INTUR estiveram representados os 18 Grupos LEADER / Proder ibéricos, que oportunamente haviam constituído o Grupo de Trabalho para a Promoção Turística do Douro/Duero: 6 portugueses (Beira Douro), Corane/Terra Fria, Desteque, Dolmen, Douro Histórico e Douro Superior) e 12 espanhóis (Adata, Adema, Adezos, Adri Palomares, Asopiva, Duero/Esgueva, Proder Sayago, Proynerso, Ribera del Duero Burgalesa, Ruta del Mudéjar, Tierra de Campos e Tierra Sorianas del Cid) bem como a Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro.

Na sequência das reuniões de trabalho efectuadas, o grupo institucionalizou-se através de duas associações homólogas (uma portuguesa e outra espanhola) sob a denominação de Associação para a Promoção Turística do Douro/Duero.

A apresentação pública das referidas associações decorreu no dia 24 de Novembro, pelas 18 horas, nas instalações do recinto da Instituição de Feiras de Castela e Leão, acto em que a Dolmen esteve representada.

O grupo de cooperação esteve representado na Feira num stand de cerca de 40 m2, com exposição de material promocional.

DOLMEN



No passado dia 12 de Novembro, a freguesia de S. Paio, acolheu o I Festival de Sopas da Serra da Estrela.

Esta iniciativa, inédita na região, foi organizada pela ADRUSE e inseriu-se na Feira e Cultura 2000.

O Festival contou com a participação de 15 concorrentes que confeccionaram um total de 16 sopas.

No final, para além do prémio de participação, que oscilou entre os cinco mil e os 15 mil escudos, consoante a riqueza da sopa, foram premiadas seis sopas de diferentes escalões:

Melhor Sopa do Festival

Sopa do Convento
Freguesia: S. Pedro

1º Escalão – Sopas de S. Martinho

1º Classificado – Sopa Oriana
Freguesia: S. Paio

2º Classificado – Sopa de Castanhas
Freguesia: Nespereira

2º Escalão – Outras Sopas

1º Classificado – Sopa à Lavrador
Freguesia: Moimenta da Serra

2º Classificado – Sopas Grossas
Freguesia: Vila Franca da Serra

3º Classificado – Sopa de Abóbora
Freguesia: Vila Franca da Serra

ADRUSE

Centros de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências

A Agência para Educação e Formação de Adultos (ANEFA) procedeu a uma selecção das seis entidades para entrarem na primeira fase de desenvolvimento dos Centros de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (RVCC), tendo sido a Esdime uma das entidades seleccionadas.

Os seis Centros de RVCC a funcionarem em observação iniciarão o seu trabalho no final de 2000, princípio de 2001, significando que contarão com um forte acompanhamento por parte da Agência e com vários momentos de formação. A primeira formação decorrerá entre 28 e 29 de Novembro em Paços de Brandão, onde será também celebrado o Protocolo entre a Agência e as Entidades que irão funcionar como Centros de RVCC.

Este projecto da ANEFA pretende implementar um Sistema Nacional de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências adquiridas pelas pessoas adultas nos seus vários contextos de vida e construir, gradualmente, uma Rede de Centros de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências.

Neste processo de construção gradual da Rede de Centros de RVCC, a ANEFA espera até ao final do ano de 2001 que existam a nível nacional cerca de 24 Centros de RVCC a funcionar.

Dora Assunção
ESDIME

AGENDA DA REDE



Foto: Adriano Rangel

PAISAGEM ALENTEJANA, SUA FAUNA E FLORA

15 de Setembro 2000 a 20 de Maio 2001
Organizada pelo Centro de Estudos de Avifauna Ibérica, no âmbito da iniciativa comunitária LEADER, esta exposição pretende mostrar alguns dos retalhos que compõem a paisagem alentejana. A exposição irá passar por vários locais entre Setembro e Maio:

Évora – 8 a 26 de Janeiro, Universidade de Évora
Mourão – 29 de Janeiro a 9 de Fevereiro, Galeria de Exposições
Mora – 10 a 25 de Fevereiro, Galeria da Casa da Cultura
Vila Viçosa – 12 a 25 de Março, Cine-Teatro Florbela Espanca
Mourá – 2 a 15 de Abril, CM Moura
Santiago do Cacém – 7 a 20 de Maio, CAP Aida Guerreiro, VN Santo André

CIRCUITO HÍPICO DO RIBATEJO

Golegã, Santarém, Almeirim e Azambuja
Novembro 2000 a Março 2001

Com organização da ANTE, da APRODER e da Charneca Ribatejana, esta iniciativa contempla, em cada um dos dias, todas as modalidades hípias: gincanas, provas de ensino, equitação tradicional portuguesa, obstáculos e cross.

Este Circuito Hípico do Ribatejo, pretende, entre outras coisas, a divulgação da prática do Hipismo, o seu fomento junto da juventude e a criação de condições de treino dos cavalos da região para a competição.

Contactos:
ANTE - 249 907 104
APRODER - 243 333 869
CHARNECA - 243 619 062

SERÕES NA ALDEIA.

A Imprensa Regional e o Desenvolvimento Local
Marco de Canaveses

26 de Janeiro 2001

Os Serões na Aldeia surgem com a finalidade de criar espaços de debate sobre a problemática do Mundo Rural.

Estes serões têm por objectivos: reflectir sobre políticas de desenvolvimento rural;

promover o potencial local; divulgar projectos; contribuir para a dinamização cultural do Douro/Tâmega; detectar estrangulamentos existentes; e, apresentar propostas para resolução de problemas suscitados.

Contactos:
Dolmen
Tel. 255 521 004
Fax. 255 521 678
dolmen@mail.telepac.pt

OUTRAS INICIATIVAS COM INTERESSE

VIII JORNADAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ASPEA TAVIRA

26-28 de Janeiro 2001

Com organização da ASPEA, estas jornadas têm como tema os Contributos da Pedagogia Urbana para um Futuro Sustentável.

As Jornadas Pedagógicas vão ter espaços de reflexão e discussão em grupos de trabalho onde serão ouvidos especialistas na área da educação e do ambiente.

Contactos:
Secretariado – ASPEA AVEIRO: Prof. Joaquim Ramos Pinto / Prof.ª Maria da Luz Costa
Junta de Freguesia da Glória – Aveiro
Apartado 1078 - 3813 Aveiro Codex
Tel. 917 287 995
Fax. 234 371 139
mop79743@mail.telepac.pt

MANIFESTA 2001

Tavira
27-30 de Abril 2001

A ANIMAR, Associação Portuguesa do Desenvolvimento Local, e a Associação IN LOCO organizam a 4ª edição da MANIFESTA.

Com este acontecimento pretende-se garantir o grande encontro periódico das entidades e dos projectos que, tanto em meio urbano como meio rural, promovem

o Desenvolvimento Local no nosso País.

Contactos:
Organização MANIFESTA 2001
Associação IN LOCO
Apartado 603
8001 - 975 Faro
http://www.utad.pt/pferr_o/dl/animar/

Iº CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

Território, Sociedade e Política: continuidades e rupturas
Vila Real
16-18 de Setembro 2001

Com organização do Departamento de Economia e Sociologia e da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, este Congresso visa facultar um espaço de comunicação e debate interdisciplinar que possibilite um "ponto de situação", tanto das perspectivas analíticas como das visões de acção sobre territórios e sociedades rurais.

O Iº Congresso de Estudos Rurais terá como temas: "Mundo Rural e Património", "Ambiente e Usos do Território", "Território, Agricultura e Desenvolvimento" e "Sociedade, Conhecimento e Políticas". Terá, ainda, diversos sub-temas: "Evolução sócio-demográfica, territorial e económica do país", "Idosos, adultos e jovens "rurais-locais" versus políticos e políticas", "(Des)articulação e (des)integração de políticas sectoriais e territoriais, "Do conhecimento sociológico e económico à intervenção social" e "Cidadania, poderes locais e democracia representativa.

Prazos:

— Recepção dos resumos das comunicações: até 15 de Fevereiro

— Aceitação dos resumos/Distribuição dos resumos por Grupos de Debate: até 31 de Março

— Recepção das comunicações: até 31 de Maio

Contactos:
Adelaide Ferreira, adribeir@utad.pt
Laura Rainho, lauramar@utad.pt
Mafalda Mourão, mmourao@utad.pt
Piedade Matos, piedade@utad.pt



Foto: João Limão

Rotas Medievais



ITINERÁRIOS TURÍSTICO-CULTURAIS DO DOURO

Quatro rotas talhadas na rocha. Quatro percursos pela história, património e memórias do Douro Sul e de Portugal. A proposta do Gabinete dos Itinerários Turístico-Culturais do Douro propõe a descoberta da arte medieval como símbolo de uma região, através de quatro rotas turísticas. Um encontro com o passado, por entre caminhos cavados nas serras e vales das terras de uma Beira voltada para o Douro.

A ideia nasceu no seio da Associação Comercial e Industrial de Lamego e Vale do Douro Sul. Uma ideia que à partida pode parecer desfasada dos objectivos de uma associação empresarial, que abrange o comércio e indústria, mas que, conforme garante Luis Oliveira, presidente desta associação, "foi sempre estratégia desta associação defender tudo o que estivesse relacionado com o tecido sócio-económico da região".

A Comissão de Coordenação da Região Norte, no programa Prodouro, já contemplava o levantamento de património da região. Como "o Douro Sul é uma área que congrega cerca de 45 por cento do património catalogado da região norte", começou a nascer a ideia de criar uma dinâmica de promoção deste património. Faltava apenas definir uma estratégia de actuação. Foi assim que surgiu a ideia dos "Circuitos Turístico-Culturais do Douro", a partir da qual se avançou com uma candidatura apresentada ao Prodouro.

"Depois da candidatura aprovada, fez-se um levantamento de todos os pontos de interesse turístico ligado ao património dos dez concelhos do Douro Sul." O resultado foi uma surpresa. Ao fim de pouco mais de um ano de trabalho, a equipa chefiada pelo Prof. Gaspar Martins Pereira encontrou mais de 900 pontos de interesse turístico. Algo que "estava muito para além daquilo que podíamos imaginar". Após uma triagem para aferir da acessibilidade e estado de conservação dos monumentos, o número ficou reduzido a cerca de 380 pontos.

Por fim, chegou-se a um número final de 36, que "eram os mais chamativos, e que representavam o que de mais antigo havia da época medieval". A partir dessa selecção, foi feita uma divisão dos monumentos em quatro rotas, "Não era possível mostrar 36 monumentos num curto espaço de tempo, dado que o turismo de hoje, infelizmente, não se compadece de muitos dias. As pessoas vêm dois, três dias e pronto."

Os monumentos que integram os itinerários das "Rotas Medievais" estão devidamente sinalizados, têm horários de abertura ao público definidos, e dispõem de pessoal competente para fazer visitas guiadas. Neste sentido, o Gabinete "promoveu, em conjunto com a Comissão de Turismo e com o Instituto de Emprego, um curso de formação profissional para 12 guias, que vão ficar agregados, um em cada concelho, para acompanhamento de grupos grandes". Para além desse acompanhamento, estes guias têm a missão de fazer o levantamento de novas rotas complementares a estas, nos concelhos em que trabalham.

Ao nível de outras iniciativas complementares está "em elaboração um CD gravado em três linguas, para turistas em grupos pequenos, de três ou quatro pessoas, poderem ter um fácil acesso a informação sobre os monumentos." O CD vai estar disponível nos centros de turismo, câmaras, hotéis e restaurantes, que aderiram ao projecto.

Em paralelo, o Gabinete de Itinerários Turístico-Culturais do Douro conseguiu que uma série de restaurantes, hotéis e pousadas, de qualidade, aderissem à iniciativa, incluindo também o roteiro das "Rotas Medievais", de modo a complementar os itinerários com alguma oferta de gastronomia e vinhos da região, bem como de locais de descanso. A intenção é introduzir alguma dinâmica empresarial. "Isto pode ser uma motivação para se reactivar o comércio, a hotelaria, a restauração e a própria sociedade civil."

Para ultrapassar as dificuldades burocráticas que, por vezes, se levantam a estes projectos, Luis Oliveira reconhece a importância da criação de uma Comissão de Acompanhamento que envolva todas as entidades ligadas ao turismo, cultura, conservação de património, municípios e redes rodoviárias. "Quando haviam algumas incertezas nas decisões, reuníamos com a Comissão de Acompanhamento para tratar desses assuntos, o que funcionou em pleno. Conseguimos desbloquear todos os problemas nos tempos certos."

As quatro rotas estão divididas por zonas geográficas: Itinerário 1) Cinfães – Resende; Itinerário 2) Lamego – Tarouca; Itinerário 3) Armamar – Tabuaço – São João da Pesqueira; e Itinerário 4) Moimenta da Beira – Sernancelhe – Penedono. Os caminhos sinuosos percorrem montes e vales por entre a paisagem extraordinária de encontro à riqueza das marcas de uma ancestralidade, na qual convergem os mitos da lendários da fundação da nacionalidade, romanceados nas histórias da tragédia dos amores proibidos de D. Tede e da moura Ardínia, filha do Rei Alboacém, na lenda das célebres Cortes de Lamego, no episódio de Álvaro Gonçalves Coutinho, o mais bravo dos Doze Magriços de Inglaterra, cantados por Luis de Camões no canto sexto dos Lusíadas, ou no mistério da Igreja de Nossa Senhora de Cárquere, onde se diz ter acontecido a miraculosa salvação de D. Afonso Henriques, futuro primeiro Rei de Portugal.

João Limão

Gabinete dos Itinerários Turístico-Culturais do Douro
Rua D. João da Silva Campos Neves, nº 2
5100 Lamego - Portugal
Tel: 254 612 840
Fax: 254 656 119

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Propriedade:

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:

INDE/Celula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II
Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º Esq.
1700-304 LISBOA
Tel. 21.8446595 | Fax.21.8446623
Email. caleader@inde.pt
Site: <http://caleader.inde.pt>

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Redacção: Maria do Rosário Aranha; Paula Matos dos Santos

Colaboram neste número:

ADER-SOUSA, ADIBER, ADRIL, ADRUSE, ANTE, APRODER, CHARNECA, DOLMEN, ESDIME, Helena Santos, João Limão, TERRAS DE SICÓ.

Paginação e pré-impressão:

Isto é, comunicação visual, lda
Rua de Serralves, 693-697
Apartado 1503
4107-001 PORTO
Tel.: 22 616 65 70 | Fax: 22 616 65 79
e-mail: isto-e@esoterica.pt

Impressão:

Tipografia Silvas, CRL
Rua D. Pedro V, 122 - 1º E
1250-094 LISBOA

Número de exemplares: 4.000

Depósito Legal nº 142 507/99

Registo ICS nº 123 607



COMISSÃO EUROPEIA

Programa de Iniciação Comunitária LEADER II